

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA MARIA SILVA PEREIRA

**O APOCALIPSE LATINO-AMERICANO E O LABORATÓRIO DA REPRESSÃO:
VIOLÊNCIA, PODER E DISCURSO NO CHILE DA GUERRA FRIA**

GOIÂNIA

2025

ANA MARIA SILVA PEREIRA

**O APOCALIPSE LATINO-AMERICANO E O LABORATÓRIO DA REPRESSÃO:
VIOLÊNCIA, PODER E DISCURSO NO CHILE DA GUERRA FRIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientador(a): Me. André Luíz Cançado Motta

GOIÂNIA

2025

Pereira, Ana Maria. 2025.

O apocalipse latino-americano e o laboratório da repressão: violência, poder e discurso no Chile da Guerra Fria/ Ana Maria Silva Pereira – Goiânia, 2025.
Total de folhas: 77 f. il.

Orientador: Prof. Me. André Luíz Cançado Motta

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2025.

1. Guerra Fria. 2. Chile. 3. Operação Condor. 4. Autoritarismo I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA MARIA SILVA PEREIRA

O APOCALIPSE LATINO-AMERICANO E O LABORATÓRIO DA REPRESSÃO: VIOLÊNCIA, PODER E DISCURSO NO CHILE DA GUERRA FRIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Me. André Luiz Cançado Motta

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. André Luiz Cançado Motta (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Danillo Alarcon (PUC Goiás)

Prof. Dr. Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes (UFG)

AGRADECIMENTOS

Traduzir o sentimento de mais um ciclo concluído em palavras é difícil quando tudo o que te vem são lágrimas. O choro é de alegria. Os quatro anos que demoraram para passar, agora parecem que foram em um piscar de olhos. Aprendi, cresci, me frustrei, me desafiei, amadureci e tive o privilégio de compartilhar todo esse processo com pessoas queridas. Por isso, a elas dedico essas singelas palavras de gratidão.

Primeiramente, gostaria de dedicar esse trabalho a Deus, o Senhor que foi meu guia, meu conforto, meu amor e minha luz durante todo esse tempo. Ele não soltou minha mão e me deu forças mesmo quando os desafios e a saudade de casa pareciam grandes demais. Agradeço por todas as bênçãos que me concedeu ao longo desse trajeto e por, ainda assim, ter colocado em meu caminho pessoas tão maravilhosas. Sem a Sua vontade, nada disso seria possível.

Aos meus pais, que são o meu grande exemplo, serei eternamente grata por todo o esforço que fizeram para que eu pudesse estar aqui hoje. À minha mãe, que sempre acreditou em mim e foi minha maior representação de amor e carinho, agradeço por cada palavra de apoio, por cada colo e por cada abraço. Com a senhora, aprendi a ser corajosa, independente e a seguir em frente com fé. Ao meu pai, que muitas vezes não esteve presente, mas foi a base para que esse sonho se consolidasse, sou profundamente grata por cada esforço e sacrifício seu. Agradeço a sua proteção e por cada conselho que agora, um pouco mais velha, começo enfim a compreender.

À minha irmã, minha eterna companheira, obrigada por iluminar meus dias, mesmo de longe, e transformar todos esses anos em algo mais leve. Suas risadas, seus conselhos e sua presença, mesmo que à distância, foram meu abrigo. Sem dúvidas o difícil desses quatro anos foi voltar para casa e não encontrar você ali.

Aos meus avós, Pedro, Ana, Maria e Santana (in memoriam), agradeço profundamente por todo o zelo, amor e preocupação que sempre tiveram comigo. Cada um de vocês marcou a minha vida de maneira única, deixando lições, gestos e lembranças que carrego comigo com enorme carinho. Vocês foram presença, foram alicerce, foram aconchego — e, ao mesmo tempo, fizeram uma falta imensa durante esse período. Em muitos dias difíceis, bastava lembrar do amor de vocês para reencontrar forças.

Ao meu avô Santana, que infelizmente não pôde estar presente em tantos momentos da minha caminhada, deixo uma homenagem especial. Mesmo com a distância da vida, o senhor nunca deixou de estar no meu coração. Sua memória permanece viva em mim, nos nossos

poucos, mas preciosos instantes, e nas histórias que ouvi. O senhor não esteve fisicamente em todas as etapas, mas esteve, e sempre estará, naquilo que sou.

À minha família, meu refúgio e minha maior inspiração para a vida, deixo minha gratidão mais sincera. Agradeço por tudo o que aprendi com cada um de vocês, cada gesto, cada conselho e cada carinho, todos tão únicos, ocupam um lugar especial no meu coração. Em especial, menciono a minha bisa Glória, que sempre foi um exemplo de força, sabedoria e determinação para todas nós. Com seus 98 anos e sua personalidade marcante, mostra diariamente o poder e a grandeza das mulheres da nossa família.

Aos meus amigos João Pedro, Luiza, Paula, Yamana, Admilson e Thiago, agradeço por todos os momentos que vivemos juntos e que hoje guardo como lembranças repletas de alegria. Cada um de vocês esteve ao meu lado muito antes desta jornada começar, e ter essa constância na vida é um presente imenso. Obrigada pelas conversas que me acolheram, pelos sorrisos que iluminaram dias difíceis e pela companhia que sempre tornou tudo mais leve. Vocês fizeram parte do meu crescimento, me acompanharam em diferentes fases, e espero que possamos seguir assim

Às minhas amigas de infância que a vida me permitiu conhecer já adulta, Maria Clara, Ana Luísa, Giovanna, Gabriella, Darcília e Lucas meu coração se enche de gratidão por tudo o que vivemos juntas. Vocês tornaram essa jornada infinitamente mais leve, mais bem-humorada e mais bonita. Levo comigo, guardadas com carinho, todas as nossas memórias: cada conversa que me acolheu, cada riso compartilhado, cada encontro que iluminou até os dias mais nublados. Vocês foram alegria em dias cinzentos e abrigo quando eu mais precisei. Obrigada por serem alegria em dias cinzentos, por serem porto seguro quando eu precisei e por me fazerem sentir, sempre, que posso contar com vocês.

Agradeço ao Tácito que, mesmo chegando mais tarde na minha vida, fez desse último ano um dos mais leves e felizes. Sua presença trouxe alegria, paz e um companheirismo que acolheu meus dias mais cansativos. Obrigada por cada incentivo, por cada gesto de carinho e por me acompanhar com paciência e amor em uma fase tão importante. Ter você ao meu lado tornou essa caminhada muito mais bonita.

Aos meus professores do ensino médio, Silvinha e Tadeus, deixo minha gratidão mais sincera. Obrigada por enxergarem em mim potencial antes mesmo que eu o reconhecesse, e por me incentivarem a seguir por este caminho que hoje abraço com tanto orgulho. Vocês me mostraram, com paixão e generosidade, que o mundo às vezes realmente cabe dentro de uma

sala de aula e foi ali, com vocês, que nasceu a certeza de que eu queria estudar e compreender esse mundo.

Aos meus professores Danillo Alarcon, Giovanni Okado e Leandro Borges agradeço por cada momento em sala de aula, por cada crítica construtiva e por cada conselho oferecido ao longo da minha formação. Cada um de vocês contribuiu, à sua maneira, para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

O fruto desse trabalho não é apenas meu, cada contribuição, mesmo que seja mínima, de cada pessoa aqui foi importante para que eu pudesse chegar aonde cheguei. A cada um de vocês o meu mais genuíno muito obrigada!

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar criticamente como a Guerra Fria impactou a América Latina, com ênfase no Chile, por meio de uma perspectiva crítica à historiografia que procura evidenciar os mecanismos discursivos, ideológicos e institucionais responsáveis pela configuração do chamado “apocalipse latino-americano”. Para isso, adota metodologia qualitativa e utiliza um estudo de caso interpretativo sustentado por revisão bibliográfica e análise de fontes secundárias, permitindo examinar simultaneamente dinâmicas geopolíticas externas, agendas políticas domésticas e regimes discursivos que moldaram a segurança e a ordem na região. A pesquisa revela que a Guerra Fria latino-americana não pode ser compreendida como mera projeção do conflito entre Estados Unidos e União Soviética, mas como resultado da sobreposição de fraturas internas e externas que juntas produziram um ambiente propício à repressão e ao autoritarismo. Os resultados indicam que o caso chileno expressa de forma exemplar uma disputa por significação, na qual o modelo de modernidade defendido pelos Estados Unidos buscou deslegitimar projetos alternativos como a Via Chilena ao Socialismo de Salvador Allende. Ademais, a Doutrina de Segurança Nacional atuou como eixo discursivo-normativo que articulou a contenção geopolítica norte-americana às estratégias internas das elites conservadoras, convertendo oposições políticas em ameaças existenciais e assim justificando o golpe militar de 1973. O estudo demonstra que a institucionalização da violência por meio da DINA e a transnacionalização da repressão pela Operação Condor consolidaram um sistema de terror de Estado, posteriormente perpetuado pela Constituição de 1980, concebida para limitar a agência democrática e blindar o projeto neoliberal. Dessa forma, conclui-se que esse conjunto de processos produziu legados autoritários que permanecem ancorados em regimes de verdade que ainda restringem a imaginação política e condicionam a interpretação contemporânea sobre soberania, democracia e desenvolvimento no Chile. A pesquisa se justifica pela necessidade de revisitar criticamente a Guerra Fria latino-americana à luz de abordagens que desnaturalizam narrativas hegemônicas e permitem compreender a persistência de estruturas discursivas e institucionais que continuam a moldar o horizonte político da região.

Palavras-chave: Guerra Fria; Chile; Operação Condor; Autoritarismo

ABSTRACT

El trabajo tiene como objetivo analizar críticamente cómo la Guerra Fría impactó en América Latina, con énfasis en Chile, a través de una perspectiva crítica de la historiografía que busca evidenciar los mecanismos discursivos, ideológicos e institucionales responsables de la configuración del llamado “apocalipsis latinoamericano”. Para ello, adopta una metodología cualitativa y utiliza un estudio de caso interpretativo respaldado por una revisión bibliográfica y un análisis de fuentes secundarias, lo que permite examinar simultáneamente las dinámicas geopolíticas externas, las agendas políticas internas y los regímenes discursivos que moldearon la seguridad y el orden en la región. La investigación revela que la Guerra Fría latinoamericana no puede entenderse como una mera proyección del conflicto entre Estados Unidos y la Unión Soviética, sino como el resultado de la superposición de fracturas internas y externas que, juntas, produjeron un entorno propicio para la represión y el autoritarismo. Los resultados indican que el caso chileno expresa de manera ejemplar una disputa por el significado, en la que el modelo de modernidad defendido por Estados Unidos buscó deslegitimar proyectos alternativos como la Vía Chilena al Socialismo de Salvador Allende. Además, la Doctrina de Seguridad Nacional actuó como eje discursivo-normativo que articuló la contención geopolítica estadounidense con las estrategias internas de las élites conservadoras, convirtiendo las oposiciones políticas en amenazas existenciales y justificando así el golpe militar de 1973. El estudio demuestra que la institucionalización de la violencia a través de la DINA y la transnacionalización de la represión por parte de la Operación Cóndor consolidaron un sistema de terror de Estado, posteriormente perpetuado por la Constitución de 1980, concebida para limitar la agencia democrática y blindar el proyecto neoliberal. De este modo, se concluye que este conjunto de procesos produjo legados autoritarios que permanecen anclados en regímenes de verdad que aún restringen la imaginación política y condicionan la interpretación contemporánea sobre la soberanía, la democracia y el desarrollo en Chile. La investigación se justifica por la necesidad de revisar críticamente la Guerra Fría latinoamericana a la luz de enfoques que desnaturalizan las narrativas hegemónicas y permiten comprender la persistencia de estructuras discursivas e institucionales que siguen moldeando el horizonte político de la región.

Palabras-clave: Guerra Fría; Chile; Operación Cóndor; Autoritarismo

LISTA DE FIGURAS/QUADROS

Figura 1 - Manifestação do jornalismo brasileiro sobre o eleito presidente chileno	53
Figura 2 - Presos políticos encarcerados no subsolo do Estádio Nacional, Santiago, Chile (22.09.1973)	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS – Área de Propriedade Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CIA (sigla em inglês) – Agência Internacional de Inteligência dos Estados Unidos da América

Comintern – Internacional Comunista

CONSENA – Conselho de Segurança Nacional

DINA – Direção de Inteligência Nacional

DOI – Destacamentos de Operação Interna

EGP – Exército Guerrilheiro dos Pobres

EUA – Estados Unidos da América

FAR – Forças Armadas Rebeldes

FMLN – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

IRD – *Information Research Department*

LADLA – Liga Anti-imperialista das Américas

MIR (sigla em espanhol) – Movimento de Esquerda Revolucionária

ONU – Organização das Nações Unidas

PBFORTUNE – Operação Fortune

PBSUCCESS – Operação Sucesso

SALT (sigla em inglês) – Tratado de Limitação de Armas Estratégicas

UFCO – United Fruit Company

UNCTAD (sigla em inglês) – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
NOTAS METODOLÓGICAS	14
1 O CONFLITO BIPOLAR E O APOCALIPSE LATINO-AMERICANO	16
1.1 A DINÂMICA DA GUERRA FRIA SOB UMA PERSPECTIVA TRADICIONAL.....	16
1.2A CONSTRUÇÃO DAS BASES IDEOLÓGICAS QUE ORIENTARAM A GUERRA FRIA.....	19
1.2.1 A base ideológica norte-americana.....	20
1.2.2 A base ideológica soviética.....	23
1.3APOCALIPSE LATINO-AMERICANO: ANÁLISE DA GUERRA FRIA SOB UMA PERSPECTIVA DAS FRATURAS INTERNAS E EXTERNAS.....	30
2 HERANÇAS DO APOCALIPSE LATINO-AMERICANO: GOLPE DE 1973, DESESTABILIZAÇÃO E COOPERAÇÃO REPRESSIVA NO CHILE	43
2.1 A VIA DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO E A ALARMA ESTADUNIDENSE	43
2.2 GOLPE A DEMOCRACIA E A ASCENSÃO DE AUGUSTO PINOCHET.....	52
2.3 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL (DSN) COMO QUADRO NORMATIVO-DISCURSIVO QUE INFLUENCIA A CONTESTAÇÃO À VIA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA NO CHILE	55
2.4 LABORATÓRIO DE REPRESSÃO: A OPERAÇÃO CONDOR COMO REDE TRANSNACIONAL DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE ESTADO NO CONE SUL.....	59
2.5 O arcabouço jurídico chileno (Carta-Magna) como instrumento de perpetração e legitimação do governo autoritário de Augusto Pinochet	61
2.6 Análises das fraturas internas e externas no caso chileno	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

A história latino-americana do século XX foi profundamente marcada pelas tensões da Guerra Fria, cujos desdobramentos não se limitaram ao embate ideológico entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas produziram transformações estruturais, rupturas políticas e rearranjos institucionais que redefiniram o destino de inúmeros países da região (Pettinà, 2018). Entre esses casos, o Chile constitui um terreno privilegiado de análise para compreender como discursos hegemônicos, interesses geopolíticos e dinâmicas internas se articularam para produzir aquilo que descrevemos como “apocalipse latino-americano”, caracterizado por violência estatal, repressão transnacional e reconfiguração autoritária da ordem política. É nesse contexto que se insere esta monografia, cujo propósito central é examinar de forma crítica o impacto da Guerra Fria na América Latina e, particularmente, no Chile, sob uma lente crítica à historiografia.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar criticamente como a Guerra Fria impactou a América Latina, sobretudo o Chile, a partir de uma perspectiva crítica, evidenciando os mecanismos discursivos, ideológicos e institucionais que possibilitaram a emergência desse “apocalipse latino-americano”. Por meio dessa abordagem, busca-se demonstrar que o conflito bipolar não operou apenas por instrumentos materiais ou intervenções geopolíticas diretas, mas também por meio da produção de regimes de verdade, narrativas de ameaça, construções identitárias e dispositivos de segurança que influenciaram as estruturas de poder na região.

A pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: como a articulação entre discursos hegemônicos da Guerra Fria, interesses geopolíticos das grandes potências e agendas políticas domésticas latino-americanas produziu um ambiente propício à repressão transnacional, ao autoritarismo e à reconfiguração da ordem política na região? Essa questão permite investigar tanto os elementos externos, como intervenções dos Estados Unidos da América e a influência soviética, quanto os fatores internos, tais como conflitos de classe, estruturas oligárquicas, doutrinas militares e redes de cooperação repressiva.

Esta investigação combina contribuições historiográficas sobre a Guerra Fria, estudos sobre autoritarismo no Cone Sul para a compreensão do contexto latino-americano e da dinâmica global do conflito bipolar. Para isso, mobilizamos as análises de Vanni Pettinà (2018; 2019), Odd Arne Westad (2005), Hal Brands (2010) e David C. Engerman (2010), cujas obras evidenciam como o Terceiro Mundo se tornou um espaço de disputa normativa e estratégica fundamental. A abordagem sobre autoritarismo, política externa norte-americana e intervenções

no Chile ampara-se ainda nos estudos de Tanya Harmer (2018), Peter Kornbluh (2013), Ricardo Melgar Bao (2008) e Moniz Bandeira (2023). Por fim, a leitura crítica de Pettinà (2018;2019) permite compreender como discursos, práticas e regimes de verdade moldam a política internacional, e dialoga com produções contemporâneas sobre violência política transnacional, como as análises de Francesca Lessa e Lorena Balardini (2024).

Essa combinação possibilita reinterpretar o caso chileno não apenas como produto de interesses geopolíticos das superpotências, mas como resultado de um entrelaçamento complexo entre narrativas de segurança, práticas estatais e estratégias discursivas que permitiram a legitimação de projetos políticos autoritários. Ao conectar esses elementos, busca-se evidenciar que a Guerra Fria na América Latina não pode ser compreendida de maneira reducionista ou dependente, mas sim como um processo híbrido no qual potências externas e elites domésticas atuaram conjuntamente na construção de novas tecnologias de poder e controle.

No que diz respeito à organização interna da monografia, o capítulo 1 apresenta o contexto da Guerra Fria e reconstrói a dinâmica do conflito bipolar sob uma perspectiva tradicional, destacando como Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas projetaram modelos de modernidade concorrentes no Terceiro Mundo. Em seguida, analisa-se a construção das bases ideológicas que orientaram ambos os blocos e como tais matrizes discursivas foram reinterpretadas na América Latina. O capítulo encerra-se com a explicação do “apocalipse-latino-americano”, que fornece uma nova ótica interpretativa e refere-se ao conjunto de processos históricos desencadeados na América Latina durante a Guerra Fria que resultaram em rupturas profundas nas estruturas políticas, sociais e institucionais da região.

O capítulo 2 aprofunda a análise do caso chileno, examinando a trajetória que vai da ascensão de Salvador Allende e da chamada “Via Chilena ao Socialismo” ao golpe de Estado de 1973 e à consolidação da ditadura de Augusto Pinochet. Explora-se como a interação entre intervenções norte-americanas, materializadas no Projeto FUBELT e na estratégia de “fazer a economia gritar” e o alinhamento de elites locais produziu um ambiente de desestabilização interna que culminou no colapso democrático. Associado a isso são examinados o papel da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), a Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor como elementos estruturantes de uma rede transnacional de repressão política no Cone Sul. O capítulo conclui com a discussão do arcabouço jurídico-institucional da Constituição

chilena de 1980, interpretada como um instrumento de perpetuação dos interesses militares e neoliberalizantes do regime.

Por fim, o capítulo 3 discute as heranças desse apocalipse latino-americano chileno, analisando como os discursos de segurança, as práticas de exceção e as estruturas econômicas neoliberais moldadas pela ditadura continuam a influenciar a política e a sociedade chilenas contemporâneas. Partindo de uma crítica, o capítulo revela como determinados regimes ainda organizam a memória coletiva, legitimam a continuidade de enclaves autoritários e limitam a imaginação política. Conclui-se que os efeitos do período não se restringem ao passado, mas permanecem inscritos nas instituições, nos discursos públicos e nos horizontes de possibilidade democrática da região.

Assim estruturado, este trabalho busca contribuir para uma leitura crítica da Guerra Fria na América Latina, evidenciando que o conflito bipolar não apenas reorganizou alianças globais, mas produziu mecanismos discursivos e institucionais cujos legados perduram até hoje. Ao revisitar o caso chileno sob uma lente historiográfica crítica, pretende-se ressaltar a importância de repensar os modos pelos quais narrativas hegemônicas moldam a compreensão histórica e política do continente e, ao mesmo tempo, abrir espaço para interpretações que reconheçam o protagonismo e a agência latino-americana.

NOTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa desenvolvida nesta monografia adotou o estudo de caso qualitativo como estratégia central de investigação, por se tratar de um método adequado à análise aprofundada dos processos históricos, discursos políticos e estruturas institucionais que configuraram o “apocalipse latino-americano” no caso chileno. O enfoque qualitativo permitiu interpretar fenômenos complexos como: a articulação entre Guerra Fria, práticas repressivas e produção discursiva, não como fatos isolados, mas como elementos constitutivos de um mesmo campo de forças, conforme discutido ao longo do trabalho. Essa abordagem mostrou-se especialmente apropriada para captar as múltiplas camadas de significação que emergem da interação entre agentes domésticos, dinâmicas internacionais e regimes de verdade, tal como destacado pela perspectiva crítica da historiografia empregada na análise.

O presente trabalho trata de uma revisão bibliográfica sistemática e interpretativa, centrada em fontes secundárias e literatura especializada. Entre os materiais consultados, destacam-se obras acadêmicas sobre Guerra Fria na América Latina, história do Chile, autoritarismo, políticas de segurança, Operação Condor e estudos críticos sobre soberania e modernidade. Complementarmente, analisamos arquivos jornalísticos e fotojornalísticos brasileiros que permitiram diversidade dessas fontes e consequentemente a fusão de distintas perspectivas e interpretações.

A seleção das referências bibliográficas seguiu critérios de relevância teórica, impacto acadêmico, consistência metodológica e diálogo direto com o objeto de estudo. A partir disso, foram priorizados autores consolidados nos campos de História Internacional, Relações Internacionais, Estudos Críticos e análises contemporâneas sobre o Cone Sul. A busca foi realizada principalmente por meio de bases como *Google Scholar*, *JSTOR* e repositórios digitais de universidades norte-americanas e latino-americanas, assegurando acesso a fontes amplamente citadas e metodologicamente reconhecidas.

Por fim, ressaltamos que a metodologia adotada permitiu evidenciar como fatores discursivos, institucionais e geopolíticos se entrelaçam na produção do autoritarismo e da violência estatal. O estudo de caso chileno não foi tratado como exceção histórica, mas como janela privilegiada para observar a constituição de regimes de verdade, processos de securitização e práticas que configuraram o horizonte político latino-americano durante a Guerra Fria

1 O CONFLITO BIPOLAR E O APOCALIPSE LATINO-AMERICANO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar um contexto geral da Guerra Fria, centrando-se na dinâmica bipolar e seus desdobramentos. Em um segundo momento é realizada uma discussão sobre o processo de construção e influência das bases políticas-ideológicas dominantes do período, para essa leitura recorreremos a autores como Westad (2005), Groppo (2008), Engerman (2010) e Melgar Bao (2008) sendo suas obras centrais para a construção dessa temática. Em seguida, será ampliado a visão do conflito Washington/Moscú na América Latina, desconstruindo narrativas hegemônicas e desvendando o apocalipse (metáfora aplicada seção) que percorreu a região, fundamentado na literatura de Petinnà (2018; 2019).

1.1 A DINÂMICA DA GUERRA FRIA SOB UMA PERSPECTIVA TRADICIONAL

O conflito bipolar da Guerra Fria, estendendo-se por mais de quatro décadas, representou uma era de tensão global sem precedentes, marcada por uma série de confrontos ideológicos, geopolíticos e estratégicos entre as duas superpotências emergentes: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Distante de ser um mero embate militar direto, essa rivalidade moldou profundamente as relações internacionais, influenciando a política interna de nações em todo o globo e instrumentalizando conflitos regionais como extensões de uma disputa maior. Consoante a isso, a natureza complexa e multifacetada desse período exige uma análise crítica que transcenda a narrativa simplista da "Guerra Quente" e aborde as dinâmicas implícitas de poder e influência que a caracterizaram (Brands, 2010).

No cerne do conflito bipolar residia uma oposição ideológica fundamental entre o capitalismo liberal-democrático, defendido pelos EUA e seus aliados, e o socialismo de Estado, promovido pela URSS. Essa divisão não se limitava a sistemas econômicos, mas abarcava visões distintas sobre governança, direitos humanos e o curso da história. Enquanto Washington buscava demonstrar que a democracia e o livre mercado eram os caminhos para a riqueza e a estabilidade política, Moscou se esforçava para provar que o socialismo planejado centralmente poderia gerar equidade econômica e justiça social. Essa competição ideológica global se transformou em uma luta pela "alma"¹ do mundo, em que cada superpotência procurava replicar

¹ A "luta pela 'alma' do mundo" refere-se à competição ideológica global entre os dois sistemas antagônicos da Guerra Fria: o capitalismo liberal-democrático, liderado pelos Estados Unidos, e o socialismo de Estado,

seu próprio modelo de sociedade, com o Terceiro Mundo emergente tornando-se um palco crucial para essa demonstração de superioridade (Brands, 2010).

A bipolaridade se manifestou de forma proeminente na corrida armamentista estratégica e na competição geopolítica por influência. A busca por paridade nuclear, evidenciada pelos Tratados de Limitação de Armas Estratégicas (SALT), buscava estabilizar a corrida armamentista, mas também revelava a desconfiança mútua e a preocupação constante com a segurança. A percepção da URSS de que os EUA finalmente a reconheciam como uma superpotência de status igual, por exemplo, reflete a busca por legitimidade em um sistema bipolar. Contudo, essa tentativa de estabilização era sobretudo frágil, constantemente ameaçada por avanços tecnológicos militares e pela crença em uma "lógica de soma zero"² que impulsionava a expansão da influência às custas do oponente (Njølstad, 2011).

O Terceiro Mundo, particularmente a América Latina, tornou-se um dos principais palcos dessa competição. Longe de ser um vácuo de poder, essas regiões já apresentavam conflitos internos profundos relacionados à desigualdade, à exclusão política e ao legado do colonialismo. A Guerra Fria "convergente" na América Latina, como descrita, integrava essas lutas locais com as dinâmicas de descolonização e as intervenções das superpotências. A Revolução Cubana, por exemplo, não apenas expressou as tensões internas da região, mas também as amplificou, tornando-se um símbolo para a esquerda e um desafio direto para a hegemonia dos EUA no hemisfério ocidental, o que forçou Washington a reagir com políticas de contenção agressivas (Brands, 2010).

A estratégia de contenção dos EUA na América Latina ilustra a intensidade da bipolaridade. Assim, motivados por interesses estratégicos e pela preocupação com o suposto "efeito dominó"³ da expansão comunista, os EUA orientaram a sua política externa para garantir a conformidade regional. Nesse contexto, a criação da Aliança para o Progresso (1961)

promovido pela União Soviética e o desejo de sua ideologia se tornar dominante perante todo o sistema internacional (Brands, 2010).

² Wei, Qinglai, et al. (2017) entende por jogo de soma zero (zero-sum game) uma classe de jogos de dois jogadores que modela situações de tomada de decisão onde o sucesso de um jogador na seleção de estratégias depende estritamente das escolhas do outro jogador. Esta classe de jogos dinâmicos de horizonte infinito, amplamente aplicada a problemas de tomada de decisão e sistemas de controle, é formulada de modo que os objetivos dos dois jogadores são opostos. O comportamento de oposição é matematicamente representado por uma função de utilidade que é positiva definida para o estado e o controle do Jogador I, e negativa definida para o controle do Jogador II, garantindo a natureza antagônica da competição. O objetivo central ao resolver esses jogos é encontrar a solução ótima ou o equilíbrio de ponto de sela (*saddle-point equilibrium*), sendo que, se esse equilíbrio existir, o desempenho ótimo superior e o inferior (calculados por cada jogador buscando otimizar seu resultado) convergem para a mesma solução.

³ De acordo com Arbage (2021) o termo "efeito dominó" é usado para descrever a visão de Richard Nixon e Henry Kissinger de que o equilíbrio global era extremamente frágil e "tão absolutamente conectado" que qualquer "distúrbio" regional poderia ter consequências em cadeia e potencialmente desastrosas para a ordem mundial.

visava "completar a revolução das Américas" por meios pacíficos, contrastando com o modelo cubano, enquanto programas de assistência militar e contrainsurgência enfrentavam abertamente movimentos de esquerda. Apesar de suas intenções iniciais, as políticas com a ênfase nos direitos humanos sob Jimmy Carter foram reinterpretadas por alguns de seus conselheiros como uma ferramenta para pressionar ideologicamente Moscou e estimular formas de oposição dentro da própria União Soviética, o que mostra como até agendas voltadas aos direitos humanos acabavam sendo moldadas pela lógica geopolítica da Guerra Fria. (Coatsworth, 2010).

Por sua vez, a URSS e Cuba também empregaram suas próprias estratégias para expandir a influência comunista. A URSS, embora inicialmente cautelosa, apoiou movimentos revolucionários e regimes pró soviéticos, vendo Cuba como um "farol da revolução latino-americana" e um meio de desviar a atenção e os recursos dos EUA. Nesse sentido, o país insular, por sua vez, motivado tanto pela ideologia quanto pela estratégia de defesa contra a hostilidade dos EUA, tornou-se um centro para a exportação da revolução e treinamento de guerrilheiros. Todavia, essas ações, vistas por Washington como ameaças existenciais, intensificaram ainda mais a lógica de soma zero, transformando conflitos locais em proxies de uma guerra maior e alimentando a percepção de uma "guerra quente" em regiões como a América Central (Brands, 2010).

Mesmo diante desse cenário de crescente tensão e competição indireta, houve tentativas de reduzir o confronto, como evidenciado pela política de *Détente* entre 1975 e 1980. A *Détente*, que visava estabilizar a corrida armamentista, aumentar a cooperação e diminuir a rivalidade ideológica, desmoronou devido a uma complexa interação de fatores, incluindo "falhas de design e execução", a busca unilateral por vantagens geopolíticas e a instrumentalização de questões como os direitos humanos. A falta de confiança mútua, a ausência de valores e visões comuns e a limitada interdependência econômica entre as superpotências, juntamente com as pressões do complexo militar-industrial, impediram que a cooperação florescesse, levando ao seu colapso e ao retorno a uma retórica mais confrontacionista, especialmente após a invasão soviética do Afeganistão (Njølstad, 2011).

A Guerra Fria bipolar teve um custo humano imenso, especialmente nas periferias onde os confrontos indiretos eram mais violentos. A América Latina, por exemplo, vivenciou uma "catástrofe humanitária", com centenas de milhares de mortos e milhões de refugiados, muitos dos quais resultado da polarização interna e das intervenções estrangeiras que transformaram questões sociais legítimas em batalhas ideológicas. A instrumentalização de grupos políticos e militares, tanto de direita quanto de esquerda, pelas superpotências distorceu as dinâmicas

locais, impedindo reformas genuínas e perpetuando ciclos de violência. Essa dinâmica de violência sistemática, como descrita por alguns historiadores, não apenas suprimiu movimentos revolucionários, mas também comprometeu a credibilidade da democracia e do desenvolvimento em longo prazo, deixando legados duradouros de trauma e instabilidade (Coatsworth, 2010).

Em retrospecto, o conflito bipolar da Guerra Fria não pode ser compreendido apenas como uma rivalidade entre duas grandes potências, mas como um sistema global que permeou e reconfigurou as relações internacionais em múltiplos níveis. Sua natureza crítica reside na análise das contradições inerentes a essa dinâmica: a busca por estabilidade através da corrida armamentista, a promoção de ideais democráticos através do apoio a ditaduras e a promessa de desenvolvimento que frequentemente resultava em desestabilização. O fim da Guerra Fria não marcou o "fim da história" ou a resolução de todas as questões subjacentes, mas sim uma reconfiguração do cenário global onde muitos dos legados da bipolaridade continuam a influenciar a política contemporânea (Müller, 2011).

1.2 A CONSTRUÇÃO DAS BASES IDEOLÓGICAS QUE ORIENTARAM A GUERRA FRIA

Para compreender a dinâmica bipolar da Guerra Fria é importante reconstruir as bases discursivas que fundamentaram o conflito. No pós-Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional foi classificado em dois grandes blocos o “Ocidente” marcado pela orientação capitalista liberal/neoliberal e o “Oriente” pelo socialismo liderados, respectivamente, pelos EUA e pela URSS. (Westad, 2005). Nesse contexto, a viabilidade de uma “terceira via” foi deslegitimada e tentativas de desvios dos padrões vigentes eram considerados como alinhamento ou ameaça. Nesse processo, o considerado Terceiro Mundo tornou-se um espaço experimental para a implementação desses modelos prontos que vendiam o alcance do desenvolvimento e da modernidade, sob as premissas advindas dos ideais racionais das potências hegemônicas (Grandin, 2011).

O Terceiro Mundo entendido como periférico sobre as dinâmicas da Guerra Fria global, onde a competição entre as visões antagônicas de modelos (capitalista e socialista) se manifestaram de forma mais intensa. Esta região periférica que engloba a ampla maioria dos países da Ásia, Oriente Médio, África e América Latina era vista pelas superpotências como

um "terreno fértil" para demonstrar a superioridade de seus respectivos modelos⁴. Nesse sentido, o Terceiro Mundo não era um "cenário estático", pelo contrário, era um "sujeito ativo da Guerra Fria", cujas elites buscavam "se adaptar ou, inclusive, aproveitar-se" das propostas de Moscou e Washington, que frequentemente vinham acompanhadas de ajuda material, mas também de forte ingerência política. É neste contexto que a Guerra Fria propiciou ou reacendeu os conflitos mais violentos (Pettinà, 2018).

Este conjunto de nações foi caracterizado por estar envolvido em processos de emancipação política e social, ao mesmo tempo em que era visto como profundamente impactado pelo legado do imperialismo e do neocolonialismo ocidentais. Nesse contexto, o conflito bipolar acabou por se sobrepor às transformações locais em curso sendo elas sociais, econômicas e políticas, moldando trajetórias nacionais em função da disputa entre as superpotências. A URSS, por exemplo, apostava neste terreno, oferecendo o socialismo como um modelo de modernização econômica liderada pelo Estado, visto como mais adequado para o desenvolvimento rápido dessas nações. Em resposta, os EUA promoveram suas próprias estratégias, como a Teoria da Modernização e a Aliança para o Progresso, buscando induzir o desenvolvimento econômico no estilo ocidental para prevenir o avanço do comunismo. Assim, o Terceiro Mundo é a arena da disputa ideológica global (Pettinà, 2018).

Para compreender como a Guerra Fria moldou os conflitos, projetos políticos e discursos da América Latina, é fundamental distinguir as bases ideológicas que orientaram as duas superpotências. A divisão entre as perspectivas dos Estados Unidos (1.2.1) e da União Soviética (1.2.2) permite evidenciar não apenas os contrastes normativos entre liberalismo desenvolvimentista e socialismo estatal, mas também como tais matrizes foram reinterpretadas pelas forças locais. Essa separação analítica funciona, como um marco historiográfico necessário para entender de que modo o continente se tornou terreno de disputas anti-imperialistas, projetos revolucionários e movimentos alinhados ao bloco ocidental, oferecendo ao leitor as chaves conceituais que serão evocadas ao longo da discussão.

1.2.1 A base ideológica norte-americana

⁴ A Conferência de Bandung (1955) foi um movimento articulado pelo Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, composto por Estados recém-independentes da Ásia e África em busca de alternativas distintas para lidar com a polarização entre EUA e URSS. Esse fenômeno fomentou o movimento de não-alinhamento, instigando solidariedade anticolonial e influenciou debates sobre desenvolvimento, cultura e ordem internacional (Weber; Winanti, 2016). Esses desdobramentos serão analisados posteriormente na seção 1.3, porém sobre a ótica latino-americana e baseado na leitura de Pettinà (2018;2019).

Desde a fundação dos EUA a retórica da liberdade política e econômica prevaleceram sob a formação nacional, instituindo uma autoimagem de excepcionalismo. A construção dessa narrativa contrastava com a ordem imperialista europeia, ainda que ambas dialogassem sobre práticas expansionistas. Nessa conjuntura, o Estado norte-americano passou a se apresentar como uma alternativa a modelos considerados “imperiais”. Mesmo aqueles que não compartilhavam a teleologia do “destino proferido por Deus” (ideia referente ao pensamento chamado Destino Manifesto⁵) defendiam a ideia de que os princípios de liberdade e independência deveriam irradiar-se para além das fronteiras nacionais (Engerman, 2010). Nesse sentido, a expansão não visava apenas à ocupação de territórios na América do Norte, mas a produção de um espaço social norte-americano alinhado a normas e racionalidades capitalistas (Westad, 2005).

O ex-presidente Thomas Jefferson já identificava a preocupação de consolidar o ideal de liberdade no plano doméstico e concomitantemente a pressão de projetar-se internacionalmente em defesa dos interesses de navegação e comércio. A busca por conciliar esses vetores (autonomia política e expansão do comércio) tornaram-se pilares da política externa norte-americana ao longo do século XIX até meados do século XX, fomentando a narrativa de excepcionalismo e da missão universalista americana. Durante a Guerra Fria, a gramática se rearticulou com a defesa do livre-mercado, anticomunismo, a confiança no progresso da tecnologia e a valorização de um Estado limitado operando como padrões normativos universais desejáveis e para a ordem internacional e moralmente superiores (Westad, 2005).

Dessa maneira, a ideologia americana não opera como uma formação discursiva fixa, mas com um repertório de símbolos dotados de um caráter evolutivo, adaptando-se conforme os contextos e conflitos, reescrevendo os velhos dogmas de modo que os mantenham operantes no presente. A historiografia das intervenções dos EUA no Terceiro Mundo é prova dessa dinâmica, revelando a volatilidade e a capacidade de influência sob as elites que conduzem a política externa norte-americana (Engerman, 2010).

Ao examinar as crenças que compõem o discurso capitalista, a compreensão do que se entende por “liberdade” é central para a construção do núcleo da identidade estadunidense, historicamente vinculada à propriedade privada e a manutenção da ordem social, condição essa

⁵ Destino Manifesto (*Manifest Destiny*) foi o conceito ideológico que sustentou que a expansão territorial dos Estados Unidos para o oeste era providencial e inevitável (Engerman 2010). O termo, usado pela primeira vez em 1845, expressava como “mito” o que na realidade era um “programa imperialista bastante concreto” (Westad, 2005).

viabilizada apenas por indivíduos considerados “capazes de raciocinar”. Sob esse prisma, os norte-americanos não concebiam o princípio da liberdade como universal, excluía africanos, latino-americanos e povos nativos considerados carentes de “ação racional” e da educação necessária para a cidadania republicana. Assim, somente cidadãos independentes, detentores de propriedade e instrução, estariam aptos a exercer a liberdade de forma responsável. Isso prova que, embora as independências das colônias fossem apoiadas pelos Estados Unidos, tal apoio não significava que esses povos seriam incluídos no ideal estadunidense de liberdade. A esperança estava centrada que o “exemplo estadunidense” pudesse, a longo prazo, qualificá-los para se autogerirem, estabelecendo uma base que justificasse futuras intervenções (Engerman, 2010).

No horizonte capitalista, o anti-coletivismo era considerado fundamental para a preservação da república, já que o coletivo era frequentemente associado à sua corrupção, seja por resquícios feudais, seja pela sedução de movimentos de massa, como na Revolução Francesa. A falta de liberdade era vinculada a formas de dominação, de modo que, se os EUA não preservassem sua própria liberdade, estariam em risco de perdê-la. Mediante a isso, havia uma forte aversão ao poder político centralizado, o que dificultava mobilizar o Estado como instrumento de reforma social interna e alimentava a suspeita em relação a países que adotavam esse caminho. Esse medo se cristalizou na figura do comunismo soviético, percebido como uma ameaça existencial não apenas por seu coletivismo autoritário, mas também por se apresentar como uma modernidade alternativa ao modelo americano, desafiando diretamente o universalismo e a sua teleologia histórica (Westad, 2005).

Ancorada em princípios iluministas e associada à modernidade, a ideologia norte-americana elevou o livre mercado a um dos pilares da “ação racional”. Desde sua formação, os EUA se caracterizam por uma potência intervencionista, legitimado pelo ideal de expansão continental do “Destino Manifesto”. A fé no mercado paulatinamente evoluiu para uma crença em mercados internacionais abertos, onde as empresas americanas poderiam prosperar, assim tornando-se uma parte da ideologia de política externa e de sua identidade nacional. Nesse regime discursivo, o mercado capitalista se expandiu e passou a operar como um símbolo de pertencimento nacional em que participar dele significava “fazer parte da América” ao passo que resistir a seus termos é posicionado como atraso ou desvio da modernidade (Westad, 2005).

Diante do crescimento das exportações americanas (fim do século XIX e início do XX), consolidou-se a convicção de que o mercado mundial deveria ser aberto e livre, isso beneficiava diretamente as empresas norte-americanas, que eram fortes competidoras e conseguiam expandir seus negócios globalmente. A consequência é a produção de uma teleologia em que

capitalismo e livre comércio se tornam sinônimos de liberdade, não por demonstração empírica conclusiva, mas pela estabilização de uma narrativa que desautoriza outras alternativas e converte a vantagem competitiva aos EUA em norma de validade universal (Engerman, 2010).

O discurso do presidente Woodrow Wilson ilustra a ligação direta entre os interesses comerciais (mercado mundial), a ideologia do livre mercado e a disposição para a intervenção militar ou política para garantir esses interesses.

Desde que o fabricante insiste em ter o mundo como mercado, a bandeira de sua nação deve segui-lo, e as portas das nações que estão fechadas contra ele devem ser arrombadas. Concessões obtidas por financiadores devem ser salvaguardadas por ministros de Estado, mesmo que a soberania de nações relutantes seja ultrajada no processo. (Wilson, *apud*, Westad, p.29. Tradução nossa)".

No plano histórico e discursivo, não foram raras as ocasiões em que a intervenção norte-americana na América Latina se amparou em um léxico paternalista, segundo o qual caberia aos EUA “consertar o mundo” diante da suposta inadequação latino-americana à “ação racional”. Assim sendo, o caso cubano tornou-se um exemplo, pois embora os EUA procurassem semear a liberdade na ilha, a democracia teria sido corroída por dinâmicas domésticas. Tal leitura, que atribuía aos líderes cubanos e a outras elites regionais a reprodução das “piores práticas” do legado colonial, serviu para corroborar a narrativa de que a recusa do modelo estadunidense implicava rejeição ao progresso. Em consequência, consolidou-se a percepção de que a tutela externa seria não apenas desejável, mas necessária à consolidação de instituições democráticas (Westad, 2005).

A Guerra Fria serviu como o catalisador que globalizou a missão intervencionista americana, estendendo-a a "todos os lugares onde o comunismo pudesse ser interpretado como uma ameaça". A administração Eisenhower, ciente dos limites dos sacrifícios que a maioria dos americanos estava disposta a fazer para expandir o "americanismo" no exterior, priorizou intervenções secretas combinadas com alianças com elites locais, em vez do uso direto de forças militares dos EUA. Essa estratégia se mostrou "bem-sucedida" na derrubada de governos de esquerda moderada no Irã (1953) e na Guatemala (1954). A ajuda externa que os EUA forneciam ao Terceiro Mundo era, em sua maioria, militar, com a intenção de prevenir a ascensão de governos de esquerda e auxiliar elites locais a resistir à pressão soviética (Westad, 2005).

1.2.2 As bases ideológicas soviéticas

Assim como EUA visavam para além de um projeto estatal, o Estado soviético desenvolveu ideias e planos destinados para o avanço da sociedade, uma estrutura universalista que transformou o sistema internacional em um palco para seus grandes experimentos. No decorrer do século XX, observa-se uma sequência de iniciativas de outros Estados (principalmente europeus e depois dos intitulados “Sul Global”) de buscar fazer com que as superpotências agissem dentro das regras tradicionais do sistema internacional, respeitando o princípio da soberania e não operando como programas ideológicos que almejem moldar o mundo. Apesar dos esforços dos países em enquadrá-los as regras da soberania, só havia cooperação em momentos de crise, haja visto que no geral ambas estavam inclinadas a intervir unilateralmente e por isso, seus projetos nunca puderam se reconciliar (Westad, 2005).

Contrapondo o debate sobre a ideologia norte-americana, é necessário ampliar a discussão acerca dos parâmetros de análise da concepção na visão da política soviética nesse período. Em vista disso, o legado do Império Russo autocrático foi proêmio para as políticas intervencionistas soviéticas, ainda que com as suas singularidades frente a potência norte-americana, ambas herdaram a tradição expansionista do período imperial. Prova disso, a campanha de *Russificação* que tinha como propósito oferecer a habitantes da Ásia a oportunidade de se tornarem russos e auxiliar na disseminação da civilização, uma vez que se acreditava que estados civilizados em contato com povos “meio-selvagens” precisariam exercer autoridade, acarretando uma expansão territorial mais profunda (Westad, 2005).

A Rússia era um império multicultural cuja elite acreditava possuir uma “missão especial” de civilizar a Ásia, transformando povos considerados atrasados. Paradoxalmente, esse suposto atraso era visto como oportunidade para criar uma sociedade cristã legítima e não contaminada no Leste, sendo assim superior à própria Europa. Com a fundação do Partido Comunista no século XX, Lênin reconfigurou essa missão civilizatória, o objetivo passou a ser acabar com o atraso e conduzir os povos asiáticos à modernidade. Em contraponto ao modelo capitalista, o projeto bolchevique visava liberar o potencial produtivo das pessoas, transformando camponeses em trabalhadores modernos sem a exploração capitalista. Diante de uma classe operária incipiente, o Partido Comunista assumiria o papel de vanguarda nessa transição, posicionando o ideal comunista como forma superior de modernidade que a classe trabalhadora russa deveria disseminar globalmente (Westad, 2005)

Esse projeto bolchevique emergiu em um contexto de crise do Império Russo. No começo do século XX, o império evidenciava sinais de enfraquecimento devido à escassez de recursos, e o custo de seu projeto expansionista tornava inviável para o Estado competir com empreendimentos análogos do Japão e da Alemanha. O fracasso do modelo imperial de

modernização abriu espaço para que os bolcheviques, sob a liderança de Lênin, propusessem uma reorganização radical da sociedade russa. Nesse sentido, o partido bolchevique apresentava um novo léxico combinando uma democracia radical com uma disciplina revolucionária, assim transformando os russos como protagonistas de um novo projeto para o mundo (Westad, 2005).

Em contraste com a visão ocidental, a proposta bolchevique não configurava uma mera extensão da antiga ideologia expansionista russa, Lênin rejeitava pilares desse antigo modelo como o nacionalismo tradicional e o espiritualismo russo⁶. Na percepção do líder, o marxismo era materialista, crítico a religião e contrário as formas de nacionalismo, com destaque para o “grã-russo” (que colocava a Rússia acima das outras nações do império), ao passo que defendia a ideia do direito de autodeterminação dos povos (inclusive de separação do império) e a unidade da luta proletária internacional, ou seja, os trabalhadores deveriam permanecer unidos contra a burguesia para garantir seus direitos. Esse reposicionamento ideológico confere legitimidade e autoridade a vozes anteriormente silenciadas em nome de estabelecer um futuro coletivo (Westad, 2005).

Ao assumirem o poder da Rússia após a Revolução de Outubro de 1917, os bolcheviques atribuíram ao Estado soviético um papel central na construção de uma civilização moderna e justa, orientada pelo ideal socialista. Consoante a isso, Lênin acreditava que, por ter sido o primeiro país a realizar uma revolução socialista, a Rússia deveria servir de base e apoio para outros movimentos revolucionários, especialmente na Europa. Embora reconhecesse o atraso social e os déficits tecnológicos nacionais, o líder bolchevique identificava uma vantagem estratégica: a organização do proletariado sob a direção do Partido Comunista poderia funcionar como uma escola e um motor para impulsionar revoluções em outras nações. Dessa forma, ao posicionar a luta contra o imperialismo mundial como eixo central, a experiência soviética adquiria importância estratégica universal, capaz de produzir solidariedades transnacionais (Groppo, 2008).

Apesar do discurso bolchevique acentuar a ideia de libertação do imperialismo, com a consolidação do seu poder durante a Guerra Civil, antigos dilemas do período imperial russo ressurgiram, sobretudo o conflito entre a soberania das nações e os interesses estratégicos do Estado. Nesse sentido, em casos em que a autonomia nacional entrava em conflito com os objetivos da revolução, os interesses revolucionários tornavam-se uma prioridade. Exemplos

⁶ Entende-se como uma forma de excepcionalismo russo que esteve presente entre as elites e reformadores pré-revolucionários, sendo uma ideologia que conferia a Rússia uma missão especial discordante do capitalismo de reparação do mundo, com base em fundamentos morais e religiosos. O filósofo Nikolai Berdiaev a quem Lênin se opôs destaca-se por essa forma de pensar (Westad, 2005).

ilustrativos incluem a Ucrânia, que em 1917 foi considerada traidora da revolução, ainda que fosse reconhecida como uma república independente, a Geórgia em 1921 que mesmo dispendo de um governo socialista próprio foi invadida e ocupada pelos comunistas, pois todos os Estados soviéticos deveriam estar unidos contra o capitalismo mundial, justificando a necessidade de uma integração forçada⁷. O internacionalismo opera, assim, menos como universal e mais como dispositivo de unificação que autoriza integrações coercitivas, reatualizando, sob novo vocabulário, práticas de expansão e controle herdadas do império (Westad, 2005).

Sob a liderança de Stalin, a política soviética para as nacionalidades fundamentou-se na premissa de que os povos considerados “atrasados” que faziam parte da União Soviética somente alcançariam a modernidade por meio da orientação da classe trabalhadora russa e da condução do Partido Comunista. Em vista disso, defendia-se uma visão hierárquica do desenvolvimento, em que a distância de cada povo em relação a um proletário “consciente” determinava seu estágio histórico, assim, a diferença nacional é reinscrita como carência a ser suprida pela classe operária e o partido (Groppo, 2008).

Essa perspectiva, contudo, produziu tensões internas. Lênin, antes de morrer, alertou que o centralismo excessivo e a burocratização promovidos por Stalin poderiam bloquear o processo natural de desenvolvimento socialista e reabilitar um nacionalismo grã-russo disfarçado de internacionalismo, assim, neutralizando a autonomia das periferias. Embora os bolcheviques se empenhassem em diferenciar-se das elites coloniais, proclamando direitos aos colonizados e identificando os mais explorados como aliados naturais do regime, mantiveram assimetrias estruturais que tensionaram o projeto emancipatório (Groppo, 2008).

Entretanto, na prática o projeto de mudança social promovido pelos bolcheviques consistia em incentivar transformações profundas conduzidas pelas próprias minorias, mas sempre sobre a tutela e direção de Moscou. Tal arranjo intensificou divisões entre as sociedades locais, de modo que enquanto pequenos grupos de seguidores engajados viam no socialismo uma oportunidade de progresso e justiça, do outro lado grandes setores resistentes permaneciam

⁷ O autor menciona a Hungria (1956) e a Tchecoslováquia (1968) no contexto da política imperial da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial e sua relação com o sistema de estados comunistas emergente. O internacionalismo comunista, na configuração de um sistema de estados pós-guerra, reproduziu a hierarquia do Comintern, com a URSS no centro. Consequentemente, a URSS impôs uma rígida subordinação a seus próprios interesses aos novos estados comunistas e sufocou todas as tentativas de autonomia. Especificamente, as tentativas de conquista de autonomia ou de independência empreendidas pelas elites comunistas locais nesses países foram reprimidas sem hesitação pelas forças militares da URSS, como ocorreu na Hungria e na Tchecoslováquia. Essas crises graves na Europa Oriental, somadas a outros fatores, contribuíram para prejudicar profundamente a legitimidade da União Soviética e de seus regimes satélites, que eram vistos como impostos de fora pela maioria da população (Groppo, 2008).

fiéis a suas comunidades ou a outras ideologias (Groppo, 2008). A resposta do regime para esses setores foi uma repressão sistemática contra anarquistas, socialistas de esquerda, liberais e monarquistas, sendo esses presos, executados ou forçados a exílio, enquanto os críticos moderados aprenderam a ocultar suas opiniões para sobreviver. No entanto, essas medidas não impediram que resistências armadas surgissem, como ocorreu na Ásia Central, em que os chamados *Basmachi* considerados como “bandidos” pelos bolcheviques continuaram lutando até a década de 1930, sinalizando a persistência de formas locais de oposição ao domínio soviético (Westad, 2005).

Na perspectiva de Lênin, a Revolução Russa seria um vetor para uma transformação mundial, tendo como primeiros alvos os países capitalistas da Europa e, em seguida, suas colônias. Para ampliar esse processo, em 1919 foi criada pelos bolcheviques a Internacional Comunista (Comintern), organização que visava dar suporte e coordenar revoluções em outros países através da “bolchevização” dos partidos socialistas existentes. Na prática, porém, essa estratégia resultou na exclusão de militantes dos movimentos tradicionais, levando-os a fundar novos partidos comunistas independentes que os soviéticos consideravam filiais da Comintern (Westad, 2005).

Essa abordagem refletia uma concepção hierárquica do progresso histórico herdada de Marx, segundo a qual países industrializados, com proletariados fortes, estariam mais próximos do socialismo, enquanto países asiáticos e africanos permaneceriam em sociedades camponesas estagnadas sob Estados despóticos. Nessa visão, o imperialismo, apesar de sua crueldade, poderia acelerar o progresso ao destruir estruturas arcaicas e lançar bases para o desenvolvimento. Foi com base nesse raciocínio que Marx interpretou a presença britânica na Índia como força simultaneamente destrutiva e regeneradora, preparando o terreno para o futuro avanço do socialismo (Westad, 2005).

No entanto, Lênin como um marxista heterodoxo, reinterpretou as ideias de Marx sob uma nova ótica. Ao contrário do que foi exposto anteriormente, em seus últimos anos de vida, o líder direcionou o seu interesse as “sociedades semibárbaras”, ou seja, os países menos colonizados e menos industrializados, aos quais Marx atribuía pouca relevância no processo revolucionário. Ao compreender o imperialismo como fase superior ao capitalismo, argumentou que as potências europeias, ao competirem por colônias e matérias-primas haviam levado o sistema a um estágio monopolista e decadente. Essa corrida colonial gerou uma luta intensa pela divisão e redistribuição do mundo, revelando que o capitalismo estava se tornando cada vez mais instável e violento. Diante desse cenário, Lênin enxergou nas lutas anti-imperialistas do Terceiro Mundo uma nova via para a revolução socialista. A Revolução Russa,

em sua visão, havia provado que os países menos desenvolvidos também poderiam romper o ciclo capitalista e inspirar transformações globais. Assim, acreditava-se que o destino da civilização dependia da participação política das “massas do Oriente”, transformando as colônias e semicolônias em protagonistas da luta contra o imperialismo (Westad, 2005).

A Revolução Russa, propagada como símbolo de libertação e justiça social, inspirou diversos líderes e intelectuais não europeus, que viam no modelo soviético uma alternativa ao imperialismo ocidental. Entretanto, os congressos realizados em Moscou evidenciaram as tensões e diferenças entre o marxismo russo e as realidades locais desses novos movimentos, revelando que a exportação do comunismo encontrava limites práticos e culturais em sua adaptação global. A União Soviética esperava críticas dos marxistas da Europa Ocidental, mas se surpreendeu com a independência intelectual dos marxistas do Terceiro Mundo, esses líderes não apenas seguiam Moscou, mas também apresentavam visões próprias sobre como o comunismo deveria se adaptar à realidade colonial e pós-colonial (Westad, 2005).

Durante os primeiros congressos da Comintern, a União Soviética foi surpreendida por Mirsaid Sultan Galiev que elaborou uma crítica ainda mais profunda à visão eurocêntrica do socialismo soviético. Ele concebia os povos colonizados, especialmente os muçulmanos, como um “proletariado global” explorado pelo imperialismo e base da estabilidade econômica do Ocidente. Para Galiev, a libertação das colônias era uma condição indispensável para o avanço da revolução socialista mundial. No entanto, sua defesa de um papel revolucionário do Islã e de uma Internacional anticolonial autônoma o colocou em confronto direto com Stalin, levando à sua expulsão em 1923. Essas divergências evidenciam as tensões entre o marxismo soviético e as interpretações decoloniais emergentes no início do século XX (Westad, 2005).

A difusão do comunismo para a América Latina foi permeada por um prisma orientalista que moldou as interpretações cominternistas das lutas anti-imperialistas na região. Após a Primeira Guerra Mundial, a esquerda latino-americana assumiu um caráter marcadamente anti-imperialista, influenciada pelas tendências de Nikolai Bukharin no Comintern, que priorizavam questões relacionadas ao Oriente e às sociedades agrárias, temas de grande relevância para os comunistas da região. Nesse contexto, o Comintern concebia “o Oriente” como o não-Ocidente, o “Outro” em relação à Europa industrializada, e essa categoria abarcava também a América Latina. Tal enquadramento orientalista influenciou a leitura das ideias de Lênin e Stalin sobre o mundo não europeu, construindo uma visão de imperialismo e anti-imperialismo que se alinhava à estratégia de uma frente unida contra o imperialismo ocidental, ainda que essa associação implicasse tensões e contradições específicas ao contexto latino-americano (Melgar Bao, 2008).

A Liga Anti-Imperialista das Américas (LADLA), fundada em 1925, emergiu neste contexto como uma força central na América Latina. Nascida da necessidade de soberania frente ao intervencionismo dos EUA e da reinterpretação de figuras como José Martí e Simón Bolívar, a LADLA procurou consolidar-se como uma organização abrangente, unindo intelectuais, trabalhadores e camponeses. Sua fundação em um período de expansão comunista no continente, com a sua sede no México, demonstrava a relevância da questão imperialista para a agenda política latino-americana. A mudança de seu nome original, "*Pan-American Anti-Imperialist League*", para LADLA, em 1925, não foi arbitrária, mas uma resposta às críticas sobre as conotações "monroeístas" do termo "Pan-American", buscando uma identidade mais alinhada à soberania latino-americana. (Melgar Bao, 2008)

A atuação da LADLA e a assimilação do discurso anti-imperialista na América Latina revelaram tensões significativas entre as diretrizes centralizadas do Comintern e as especificidades regionais. Enquanto o Comintern promovia um "discurso de esquerda de luta de classes", as tendências agrárias, sindicalistas e anti-imperialistas enraizadas nos comunistas latino-americanos persistiam. A visão "orientalista" do Comintern, muitas vezes desconsiderava as particularidades do movimento revolucionário latino-americano e o desenvolvimento do marxismo na região. Exemplificado pela centralidade de Úrsulo Galván na fundação da Liga Camponesa Nacional no México e a adoção do lema "Camponeses da América uní-vos!" com o machete no emblema, ilustram uma "*cultural appropriation*" e "*regionalization*" do projeto comunista, adaptando-o à realidade agrária e indígena do continente (Melgar Bao, 2008).

Ainda que a LADLA buscasse "unir todas as forças anti-imperialistas da América Latina" e basear essa união nas massas trabalhadoras e agrárias, houve divergências e lutas de poder internas. A conferência de Bruxelas em 1927 e o Sexto Congresso do Comintern em 1928 revelaram as diferentes posições entre os delegados latino-americanos, como Mella, Codovila e Haya de la Torre. A ideia de "latino-americanismo", que defendia um caminho próprio para a luta anti-imperialista, foi criticada como "ideologia da luta anti-imperialista pequeno-burguesa" por figuras como Contreras no Comintern, que a viam como um desvio das diretrizes de Moscou. Essas discussões evidenciavam o conflito entre a rígida estrutura hierárquica de Moscou e as divergentes tradições nacionais e hegemonias regionais, bem como a luta pela "nativização" da Liga frente à ofensiva stalinista (Melgar Bao, 2008).

Apesar das tensões e da imposição de uma perspectiva "orientalizante", o conceito de imperialismo e a luta anti-imperialista foram absorvidos pela cultura política da esquerda latino-americana. Contudo, essa absorção não resolveu os dilemas de nacionalismo versus revolução,

ou da realidade nacional versus continental, ou ainda do semicolonialismo ⁸e colonialismo. A atuação da LADLA, embora enfrentando dificuldades organizacionais e políticas em sua interação com as diretrizes da Internacional Camponesa e da Internacional Sindical Vermelha, refletia a confiança no “despertar” revolucionário das nações coloniais e semicoloniais latino-americanas. A luta anti-imperialista era percebida como uma característica intrínseca da revolução latino-americana, o que explica o empenho da LADLA em firmar-se e expandir sua influência, utilizando a propaganda direcionada às massas trabalhadoras e agrárias (Melgar Bao, 2008).

1.3 APOCALIPSE LATINO-AMERICANO: ANÁLISE DA GUERRA FRIA SOB UMA PERSPECTIVA DAS FRATURAS INTERNAS E EXTERNAS

O discurso hegemônico do Norte Global procurou traduzir os conflitos que permearam a Guerra Fria de maneira simplista, minimizando a amplitude do seu impacto e reduzindo a gravidade das consequências que assolam os países do Sul Global, com destaque para a América Latina. Episódios como a guerra do Vietnã, a guerra civil no Congo, os golpes de Estado na Guatemala, Irã e Chile evidenciam a crueldade em que estavam inseridos os países do Sul Global nesse contexto, atravessadas por intervenções diretas e indiretas e por alinhamentos geopolíticos orientados pelas superpotências, com forte influência de Washington. Como produto desse panorama, houve quatro décadas de polarização interna, instabilidade política e econômica e eventos extremamente violentos, frutos da dificuldade em se habituar as novas dinâmicas propostas pela bipolaridade (Pettinà, 2018). Diante desse quadro, não basta descrever os fatos tal como se cristalizaram nas narrativas dominantes e de maneira episódica, mas é indispensável investigar a evolução e o desencadeamento de sua formação e os legados que deixaram.

A revisão da historiografia da Guerra Fria na América Latina, mesmo com as suas limitações, tem bucado superar o reducionismo das narrativas centradas nas grandes potências. A construção de uma nova lente em que o Terceiro Mundo abandona a condição de ator estático do conflito bipolar e assume protagonismo, deixando de figurar como mero apêndice regional da história dos EUA, permite evidenciar como elites políticas e econômicas locais se articularam estrategicamente, valendo-se das ofertas concorrentes de Washington e Moscou

⁸ O semicolonialismo era a designação dada à América Latina pelos quadros comunistas da época (como os do Comintern) para classificar seu status de nações formalmente independentes, mas ainda sujeitas ao domínio e exploração (imperialismo predatório) (Melgar Bao, 2008).

que frequentemente vinham acompanhadas de apoio material e intervencionismo político, para conservar e, em muitos casos, ampliar sua autoridade doméstica. Esse embate de ideias alienou as elites do Terceiro Mundo de modo a observarmos suas consequências até a atualidade, os efeitos dessas disputas e alinhamentos, baseados tanto em interesses geopolíticos quanto em agendas internas, produziram padrões de polarização, autoritarismo e dependência cujas repercussões se prolongam até o presente. Recontar a história desse período implica em reposicionar a imagem taxativa de “vítima” e reconhecer os espaços de autonomia, resistência, negociação e acomodação que marcaram os processos políticos do Terceiro Mundo (Pettinà, 2018).

A fim de operacionalizar essa leitura, propõe-se a análise da Guerra Fria na América Latina a partir da noção de fraturas, entendidas como pontos de tensão nos quais dinâmicas internacionais e conflitos domésticos se entrecruzaram de forma particularmente intensa. As fraturas internas dizem respeito à atuação de elites conservadoras que, diante da ampliação de demandas por participação política, cidadania e reformas sociais, reagiram para preservar seus privilégios e reconcentrar o poder, bloqueando projetos democratizantes em curso. Já as fraturas externas correspondem às transformações na política hemisférica, sobretudo à ruptura do padrão de cooperação anterior e ao abandono da Política da Boa Vizinhança pelos Estados Unidos, substituída por uma lógica de vigilância, intervenção e controle em nome do combate ao comunismo. A interação entre essas fraturas não apenas redefiniu o lugar da América Latina na ordem bipolar, como também criou as condições estruturais para a intensificação da repressão, da instabilidade e da violência que marcariam o período (Pettinà, 2018).

Ampliando a exposição anterior, o conflito bipolar concebeu um novo sistema internacional marcado por uma nova ordem antagônica que por intermédio de suas bases ideológicas impactou direta e indiretamente o rumo da história de várias sociedades mundiais. Nesse sentido é importante compreender o caso latino-americano, que foi impactado pelo abalo provocado pela reconfigurada estrutura de poder cruzou com conflitos e revoluções locais existentes, fortalecendo a percepção de que a Guerra Fria na América Latina não se tratou apenas de uma cópia do que acontecia com as duas potências conflitantes, mas a combinação de dinâmicas globais com processos históricos próprios, já em curso. Essa sobreposição alterou o ritmo de transformações promovidas por grupos reformistas (processo de democratização, avanço da cidadania, industrialização e autossuficiência sobre os países do Norte Global), gerando descontinuidades. Consoante a isso, os processos de modernização e afirmação política que a região buscava foi tensionado por fraturas internas e por intervenções externas que visavam beneficiar a autoridade e os privilégios das elites (Pettinà, 2018). Diante disso,

reescrever a história requer desnaturalizar a narrativa de cópia do embate hegemônico e destacar os pontos de fricção que evidencie as continuidades e deslocamentos que seguem na política latino-americana no presente.

O autor realiza a análise do conflito bipolar na América Latina com base na ideia de fraturas. As fraturas podem ser entendidas como dinâmicas internacionais e domésticas que permearam a região. Mediante ao exposto, a fratura interna refere-se à reação das elites conservadoras que voltavam a dominar a política e impediram o avanço de reformas democráticas e sociais, enquanto as fraturas externas (intervenções externas, como está descrito no parágrafo) trata-se da ruptura do antigo vínculo de cooperação, em destaque para os EUA e abandono da política da “Boa Vizinhança” para o início de uma relação suspeita e de controle sobre a América Latina, em nome do combate do comunismo (Pettinà, 2018).

O termo que nomeia essa seção “apocalipse latino-americano” é empregado como uma metáfora de revelação, ao fazer alusão a etimologia da palavra (vem do grego antigo "*apokálypsis*", que significa "revelação" ou "desvelamento"), procura-se desvelar as narrativas negligenciadas que permeavam a América Latina no contexto da Guerra Fria. As ditaduras militares, as intervenções, a desigualdade, o apagamento cultural, a limitação de reformas sociais e pobreza são apenas parte do sofrimento coletivo vivido pela população latina.

Ao partir dessa chave interpretativa, antes de adentrar ao cenário regional e suas fraturas internas impõe-se uma discussão a respeito das dinâmicas externas que permeavam o subcontinente, nesse caso, em particular, as mudanças de direcionamento da política externa norte-americana em relação a América Latina, redefinindo o status da região no tabuleiro estratégico, de parceira colaboradora para potencial inimiga. Essa reconfiguração não apenas orientou agendas de segurança e desenvolvimento, como também condicionou possibilidades de transformação política e social, influenciando a forma como projetos reformistas foram contidos, redirecionados ou desarticulados (Pettinà, 2018).

A política externa estadunidense dos anos 1930 e início dos 1940, especialmente sob o governo Franklin D. Roosevelt, mostrou-se receptiva a processos de mudança social e política na América Latina. A chamada Política da Boa Vizinhança sintetizou esse reposicionamento ao privilegiar a cooperação diplomática, econômica e cultural, ao construir alianças contra a ameaça nazifascista e ao buscar afastar-se de práticas intervencionistas diretas que haviam marcado décadas anteriores. Contudo, essa abertura não significou o abandono dos interesses estratégicos estadunidenses no hemisfério. Em nome da segurança hemisférica e da estabilidade regional, articulou-se uma postura de diálogo, assistência e aproximação simbólica que

legitimou projetos políticos e sociais latino-americanos que anteriormente teriam sido rechaçados (Pettinà, 2018).

Nessa conjuntura, destacam-se movimentos de tolerância seletiva e acomodação pragmática. A postura contida diante da nacionalização do petróleo no México (1938), a aceitação de iniciativas políticas populares em Cuba e a cooperação com o governo Vargas no Brasil ilustram a disposição de Washington em balancear a sua atuação para preservar alianças e mitigar radicalizações percebidas como desestabilizadoras. Ademais, a reafirmação do princípio da não intervenção na VII Conferência Internacional Americana (Montevidéu, 1933), a retirada das tropas do Haiti e a revogação da Emenda Platt (1934) sinalizaram um compromisso formal com a soberania dos Estados latino-americanos. Embora essa rearticulação não eliminasse formas indiretas de influência, esse período representou uma redução significativa de intervenções militares explícitas e o reforço de mecanismos multilaterais e financeiros como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (atualmente o Banco Mundial) e o Export-Import Bank dos Estados Unidos, voltados a apoiar estratégias de industrialização e diversificação econômica na região. Todavia, a "convergência" entre as agendas latino-americanas e os objetivos de Washington não deve ser lida como alinhamento espontâneo, mas como efeito de uma dinâmica discursiva que delimitou os horizontes de transformação possíveis aos interesses das grandes potências (Pettinà, 2018).

Essa postura tolerante sustentou-se apenas até o início da Guerra Fria. Com os EUA e a URSS emergindo como potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, Washington redefiniu seu inimigo e reorientou sua política externa. Preocupados com a crescente influência do socialismo soviético, os EUA romperam com o padrão de relativo equilíbrio que marcara o continente americano entre 1920 e 1940. A Política da Boa Vizinhança foi abandonada, e princípios associados à Doutrina Monroe e ao imperialismo voltaram a se reafirmar. Como consequência, a América Latina converteu-se em campo de disputa ideológica, e o caráter cooperativo anterior cedeu lugar a mecanismos de vigilância e controle político (Pettinà, 2018).

O anticomunismo consolidou-se como pilar da nova orientação externa. A Doutrina Truman (março de 1947) e a estratégia de contenção pressionaram governos latino-americanos a ilegalizar partidos comunistas, que vinham desempenhando papéis relevantes na consolidação de direitos e na promoção de agendas reformistas em aliança com governos nacionalistas. A exclusão dessas forças enfraqueceu as alianças reformistas, dificultando reformas sociais inclusivas e polarizando os contextos políticos nacionais. Em sociedades marcadas por forte desigualdade, esse processo criou terreno fértil para a militarização da política, o surgimento de guerrilhas e o endurecimento das doutrinas de segurança nacional (Pettinà, 2018).

Essas mudanças não se restringiram apenas ao campo político, o setor econômico norte-americano mostrou-se reticente em seguir com o apoio aos projetos de desenvolvimento econômico na América Latina, que em larga medida estavam baseados na industrialização por substituição de importações liderada pelos Estados e associado a políticas protecionistas, defendidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Raúl Prebisch. Em contrapartida, propôs um modelo fundamentado na divisão internacional do trabalho, em que os países latinos seriam meros fornecedores de produtos primários para as economias industrializadas. Esse comportamento pode ser ilustrado pelo lema “*trade not aid*” da administração Eisenhower, que contrastava com o apoio a projetos de desenvolvimento em outras regiões, como o Plano Marshall na Europa, onde a ameaça soviética ser percebida com mais iminência. Nessa lógica, a ausência de uma ameaça soviética menos imediata na América Latina diminuiu sua relevância geopolítica relativa, fragilizando a capacidade de negociação de governos latino-americanos e desviando recursos estadunidenses para outras frentes do conflito bipolar (Pettinà, 2018).

Diante dessa transição, cabe destacar o retorno do poderoso intervencionismo militar estadunidense, direto ou encoberto. A América Central foi o alvo inicial dessa brutalidade, desde o golpe de 1954 na Guatemala até o apoio do governo Regan aos regimes repressivos na década de 1980. Essas intervenções associavam dinâmicas de mudança social progressista, muitas vezes sem envolvimento marxista, ao conflito com a URSS e, após 1959 com Cuba. Tais práticas foram consequências dos reajustes da política externa da Guerra Fria, assim o anticomunismo incisivo, o anti-desenvolvimentismo e o intervencionismo configuraram uma ruptura com os processos interamericanos das décadas de 1930 e 1940, marcando o impacto direto do conflito bipolar na política externa estadunidense (Pettinà, 2019).

No cenário regional, marcado por fraturas internas, o fortalecimento gradual de atores mais conservadores da Guerra Fria durante os anos do conflito bipolar tornou-se mais concreto. A evolução desse ambiente caracterizado pela forte influência das elites tradicionais, ocasionou em manifestações heterogêneas que fortaleceram setores políticos e sociais mais conservadores após 1945. Essa tendência se expressou tanto por meio de golpes de Estados em países como Colômbia, Peru, Venezuela, Cuba e Guatemala, quanto pela formação de composições políticas mais conservadora em nações como Brasil, Argentina e Chile. Apesar do retorno do regime democrático em países como a Colômbia e Venezuela no final dos anos 1950, esse processo foi marcado por limitações significativas, sobretudo devido as dificuldades em manter uma agenda desenvolvimentista, de promover a participação popular e de consolidar instituições capazes de enfrentar desigualdades estruturais. Esses impasses geraram descontinuidades em relação às

dinâmicas de abertura à democracia e o fortalecimento social que haviam caracterizado décadas anteriores (Pettinà, 2019).

A crescente influência dessas elites conservadoras foi impulsionada pela nova ordem econômica internacional pós-guerra que favoreceu os projetos oligárquicos dos países latino-americanos baseados na produção primária. Com a reativação dos centros industriais mundiais, a diversificação industrial tornou-se uma proposta muito custosa, enquanto a produção primária, alicerce do poder oligárquico, retorna como mais viável para o comércio internacional. Esse cenário de valorização do modelo exportador, se adequava perfeitamente ao plano político-econômico desenhado por Washington, que reduzia o papel da América Latina a uma mera produtora e exportadora de matérias-primas (Pettinà, 2019).

Alinhado a isso, a ideia do anticomunismo global, implementada pelos EUA na mente das elites conservadoras foi um instrumento poderoso para implementar políticas de desmobilização social, exclusão política de setores mais marginalizados e, em última instância, para manter e aumentar seu poder. Prova disso foi o episódio guatemalteco de 1954, em que a reforma agrária de Jacobo Árbenz foi fracassada pela convergência do anticomunismo americano e a oposição dos setores conservadores locais, que viam na redistribuição de terras uma ameaça de seu poder político, econômico e social. A consequência dessa trágica experiência, demonstrou a maneira como o discurso do governo americano emponderava a performance das elites locais e seus planos de contrarreforma social no contexto da Guerra Fria. Essa combinação, trouxe consequências para o presente da Guatemala, dificultando a consolidação dos processos democráticos e da reforma social, atestando as sequelas da adoção de uma narrativa que não condizia com a realidade local (Pettinà, 2019).

A América Central foi o palco inaugural da confluência dessas duas fraturas e, quiza um dos mais emblemáticos episódios do “apocalipse latino-americano” na região, concentrando as tensões acumuladas desde o final da Segunda Guerra Mundial. Eleito presidente em novembro de 1950 com amplo apoio de partidos progressistas e forças sindicais, incluindo o ilegal Partido Comunista, Árbenz tinha como pilar de seu projeto a transformação da estrutura produtiva guatemalteca, que até o momento encontrava-se dependente de exportações primárias controladas por empresas estrangeiras e grandes proprietários de terra. Seu programa centrava-se na industrialização por substituição de importações e uma radical reforma agrária, visando integrar os setores sociais historicamente marginalizados. Árbenz era um líder nacionalista radical, não marxista, que almejava uma nação moderna, soberana e inclusiva, em oposição direta ao modelo patrimonialista e discriminatório da oligarquia. Contudo, sua aproximação com os comunistas guatemaltecos, que o líder enxergava como aliados na busca por

democratização e modernização do país, acabou sendo interpretada, tanto interna quanto externamente, como ameaça ao equilíbrio geopolítico da Guerra Fria, o que condenou o seu destino (Pettinà, 2019).

O projeto reformador enfrentou resistência feroz dos grandes interesses dos grandes latifundiários, tanto nacionais quanto internacionais. A reforma agrária, foi outro tema sensível que alarou as elites agrárias do país e transnacionais como a *United Fruit Company* (UFCO), haja visto que possuíam grandes investimentos em plantação de bananas na região. O projeto de modernidade laica também fez com que o clero se opusesse a essas mudanças. Contudo, essas forças conservadoras estavam politicamente desorganizadas e incapazes de constituir uma oposição eficaz por si só. Mas, com a virada da Guerra Fria e a reorientação da política norte-americana, esse panorama sofre mudanças consideráveis, a base opositora de Árbenz procurou amparo na diplomacia estadunidense, que notava com grande preocupação a radicalização do processo reformista guatemalteco e a aproximação com os comunistas. Embora inicialmente a inércia da política de boa vizinhança tenha prevalecido (como na Operação Fortune⁹, abortada em 1952), a eleição de Dwight Eisenhower, um presidente republicano determinado a uma política anticomunista mais intransigente, mudou o cenário (Pettinà, 2019).

Sob a administração de Eisenhower, as elites regionais se uniram em um poderoso bloco político-militar em oposição as reformas econômicas-sociais. Todavia, historiografia da Guerra Fria evidencia que o comportamento que impulsionou a intervenção contra Árbenz não foi primariamente a defesa dos interesses da UFCO, mas sim a aliança entre o presidente nacionalista e os comunistas, vista como um indício para um desequilíbrio geopolítico na região em favor da URSS. Sob esse horizonte, os efeitos do derrocamento de Árbenz foram terríveis, desestabilizando o país permanentemente e gerando um contexto de extrema polarização, que após o êxito da Revolução Cubana, culminaria em uma guerra civil sangrenta e interminável. A maneira brutal como essa justaposição de forças se uniu para depor o processo democrático afetou profundamente as estratégias políticas das forças progressistas, servindo de lição e motivação para outros movimentos revolucionários (Pettinà, 2019).

⁹ A Operação Fortune (PBFORTUNE), que foi abortada, era uma iniciativa autorizada por Washington, planejada pela CIA no início dos anos 1950, com o objetivo de organizar uma invasão da Guatemala por forças paramilitares anticomunistas. A operação visava derrubar o governo reformista e democrático do presidente guatemalteco Jacobo Árbenz, que havia implementado reformas como a agrária e era visto com grande suspeita pelos Estados Unidos e pelas elites regionais devido à crescente influência comunista no seu governo (Pettinà, 2018).

É importante notar que, embora a Operação Fortune tenha sido cancelada pela administração Truman, o plano de derrubar Árbenz foi retomado mais tarde, após a posse do presidente Dwight Eisenhower (republicano). Essa nova e bem-sucedida intervenção, que derrubou Árbenz em junho de 1954, foi denominada Operação Sucesso (*Operation Success* ou PBSUCCESS) (Pettinà, 2018)

Como uma das maiores respostas aos desafios impostos pela Guerra Fria na América Latina, a Revolução Cubana (1959) em certa medida se destaca por conseguir derrubar o ditador Fulgencio Batista e sua subsequente transformação em um processo revolucionário de caráter socialista. A insurreição cubana ofereceu um novo conjunto de ferramentas e uma ilusão de que seria possível superar os bloqueios externos e internos ¹⁰que a Guerra Fria havia imposto as dinâmicas de transformações sociais na região. Esse fenômeno pode ser visto como uma resposta latino-americana às duas grandes fraturas que o conflito bipolar havia evidenciado e que se manifestaram dramaticamente na Guatemala em 1954. Para figuras como Ernesto Che Guevara e muitos progressistas latino-americanos, o desfecho guatemalteco demonstrou que os canais democráticos já não permitiam reformas reais na América Latina sem a oposição poderosa de forças nacionais e internacionais. Assim, a estratégia revolucionária de Fidel Castro, tanto no plano doméstico quanto no internacional, pareceu perfeitamente calibrada pelos impasses evidenciados na Guatemala, oferecendo um caminho alternativo diante do fechamento das vias reformistas tradicionais (Pettinà, 2019).

Se a Guerra Fria aprofundara as dificuldades internas para a consolidação de projetos de inclusão social e revelara a face mais agressiva da hegemonia estadunidense na região, a vitória da Revolução Cubana (1959) e a liderança de Fidel Castro passaram a representar, para amplos setores progressistas, uma alternativa viável a esse bloqueio político. No centro do projeto cubano emergia um radicalismo renovado, que rompia com a moderação característica da esquerda marxista tradicional latino-americana. Aliado a isso, o anti-pactismo do Movimento 26 de Julho rejeitava alianças com as forças políticas estabelecidas e defendia a construção de um projeto nacional capaz de restituir protagonismo aos setores subalternos da sociedade cubana. Esse compromisso político traduziu-se em medidas estruturais, como a Lei de Reforma Agrária (1959), a Lei de Reforma Urbana (1960) e a rápida estatização da economia, que materializaram a ruptura radical proposta pelo movimento revolucionário (Pettinà, 2019).

A adoção oficial do socialismo em 1961 visava a modernização socioeconômica do país e, crucialmente, a proteção geopolítica da revolução. O "socialismo geopolítico" de Castro, ou

¹⁰ Os bloqueios externos e internos fazem referência as duas grandes fraturas mencionadas recorrentemente na obra de Pettinà (2019). Dessa forma, o bloqueio externo refere-se aos profundos e constantes desafios impostos pela política externa dos Estados Unidos na região, resultado do início de sua confrontação global com a União Soviética, havendo com elementos centrais o anticomunismo, rejeição ao desenvolvimentismo e retorno ao intervencionismo, ao passo que os bloqueios internos estão relacionados com a renovação dos atores políticos e econômicos mais conservadores das sociedades latino-americanas, marcado pelo alinhamento de interesses da potência estadunidense com os projetos político-econômico das oligarquias, o uso do anticomunismo e o retrocesso democrático.

seja, a decisão de colocar Cuba sob o guarda-chuva protetor da hegemonia soviética, respondia à necessidade de defender o processo revolucionário do neo-intervencionismo estadunidense, percebido como uma ameaça após os eventos da Guatemala. A aliança com a URSS possibilitou a continuidade do programa de estatizações e da redistribuição de riqueza, mesmo em confronto com interesses econômicos norte-americanos, oferecendo ao governo cubano autonomia para implementar seu projeto sob relativa imunidade às pressões de Washington. Após a Crise dos Mísseis em 1962, embora Washington continuasse tentando desestabilizar o regime, a proteção soviética eliminou a possibilidade de projetos de escala maior para derrubar Castro (Bnadeira, 2008).

Regionalmente, o "socialismo geopolítico" de Castro promoveu ativamente o modelo revolucionário cubano. Embora o realismo soviético aconselhasse um equilíbrio, o apoio político e econômico da URSS a Cuba foi crucial para a capacidade da ilha de apoiar movimentos de luta armada na América Latina durante os anos 1960 e 1970. O modelo cubano foi amplificado pela doutrina "foquista" de Ernesto Che Guevara, que propunha que pequenos focos guerrilheiros no campo poderiam gerar mobilização popular revolucionária, assim tornando Cuba se "hub" revolucionário, treinando jovens latino-americanos e coordenando líderes revolucionários. Nesse contexto, praticamente todos os grandes grupos revolucionários latino-americanos da época receberam algum tipo de apoio de Havana. Embora a maioria desses movimentos não fosse de origem cubana, esses germinavam em contextos locais de desigualdade e exclusão, a ampla difusão do fenômeno seria incompreensível sem o exemplo cubano e o apoio direto de Havana. No entanto, o apoio cubano às guerrilhas latino-americanas teve pouco sucesso, exceto pela vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua no final dos anos 1970, a maior parte das insurreições fracassou e desencadeou respostas repressivas brutais por parte das forças armadas latino-americanas, aprofundando o "apocalipse" político e social na região (Bandeira, 2008).

Nesse panorama, o triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua em julho de 1979, que derrubou a ditadura de Anastasio Somoza, parecia inaugurar uma nova fase de reformismo social na América Central. Contudo, essa esperança rapidamente cedeu lugar ao desconcerto diante da escalada descontrolada da violência. A Nicarágua, sob o novo governo revolucionário, foi convulsionada pela guerra contra a CONTRA, uma formação paramilitar apoiada pelos EUA e ditaduras do Cone Sul, composta por ex-membros da Guarda Nacional de Somoza. A Revolução Sandinista também se tornou um polo de atração para outros grupos revolucionários, como a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), que em janeiro de 1980, com apoio logístico de Manágua e material do Bloco Oriental via Cuba, lançou uma ofensiva

sem sucesso em El Salvador. No entanto, a derrota do FMLN não diminuiu a violência, o exército salvadorenho e grupos paramilitares, com o apoio da administração Reagan, empreenderam uma estratégia brutal de erradicação das guerrilhas rurais, massacrando a população civil e a oposição (Pettinà, 2019).

A Guatemala também experimentou níveis dramáticos de violência política no mesmo período, alimentados pelos confrontos entre governos conservadores pós-Árbenz e guerrilhas como as Forças Armadas Rebeldes (FAR) e o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), apoiadas por Cuba. Entre 1980 e 1983, as campanhas do exército guatemalteco resultaram no deslocamento de 80% da população indígena do altiplano, mais de 600 massacres e o assassinato de mais de 100.000 camponeses maias. Esses conflitos ensanguentaram o istmo durante os anos 1980, encontrando uma resolução parcial apenas no início dos anos 1990, impulsionada pelo fim da Guerra Fria, mas sem solucionar as tensões sociais subjacentes. Para entender essa explosão de tensões, dois fatores de longo prazo e duas variáveis conjunturais são cruciais. O primeiro fator estrutural diz respeito à interação entre a histórica concentração de terras nas mãos de uma elite restrita e as transformações introduzidas pela Aliança para o Progresso após 1961. Lançada pelo governo John F. Kennedy em resposta a Revolução Cubana, o programa cooperativo procurava acelerar o desenvolvimento econômico e social da região para conter a expansão do comunismo. No entanto, embora promovesse reformas fiscais e agrárias, frequentemente produziu efeitos paradoxais, amplificando tensões preexistentes ao invés de mitigá-las (Pettinà, 2019).

A Aliança para o Progresso (1961) acabou acirrando tensões já profundas, fragilizando ainda mais os setores mais pobres enquanto reforçava o poder das oligarquias terratenentes. Nos campos os agroexportadores continuavam a desfrutar de rendas muito superiores aos trabalhadores agrícolas e camponeses mini fundiários, a maioria sobrevivendo em pequenas parcelas de terra, muitas vezes insuficientes para garantir dignidade e segurança alimentar. Embora o projeto estadunidense apresentasse um caminho para o progresso, seu foco estava direcionando a produtividade, que por conseguinte acarretou ser conveniente as estratégias de desenvolvimento econômico dos estados centro-americanos, que priorizavam a agroexportação e os interesses das classes proprietárias, em detrimento das políticas sociais. No entanto, o discurso da iniciativa de Washington sobre a necessidade de transformações sociais também gerou um novo ativismo nas incipientes sociedades civis latino-americanas, estimulando críticas às oligarquias e regimes autoritários (Pettinà, 2019).

O segundo grande fator de longo prazo foi o impacto profundo da Revolução Cubana (1959) na militarização das disputas políticas locais ao longo das décadas de 1960 e 1970. A

proposta do foquismo, que imaginava o campo como o espaço privilegiado para a luta armada, dialogava diretamente com realidades marcadas por desigualdade extrema, onde a terra, concentrada nas mãos de poucos, alimentava frustrações e esperanças de mudança. Embora muitos dos grupos guerrilheiros apoiados por Cuba tenham sido derrotados na década de 1960, os anos 1970 testemunharam uma renovação desse impulso, agora guiado por uma estratégia distinta de Havana: unir e fortalecer organizações que antes atuavam de forma dispersa. O Departamento de América cubano desempenhou papel central nesse processo, ajudando a articular as diversas facções salvadorenhas no FMLN e a aproximar as correntes sandinistas dentro do FSLN, o que ampliou sua capacidade de ação e ofereceu nova energia as reivindicações dos setores marginalizados (Pettinà, 2019).

Essas dinâmicas de longo prazo foram inseridas em uma fase conjuntural peculiar da Guerra Fria global. No final dos anos 1970, a eleição de Jimmy Carter inaugurou um curto período em que Washington suavizou seu apoio às ditaduras anticomunistas latino-americanas, rompendo, ainda que temporariamente, com a lógica das administrações Nixon e Kissinger. Ao colocar os direitos humanos no centro de sua política externa, Carter buscou reposicionar os EUA como aliados dos processos de emancipação política e social no Terceiro Mundo, nesse caso, para a América Latina isso significou o enfraquecimento da repressão estatal e uma inesperada redução dos impasses impostos sobre as forças que lutavam por abertura política. Esse curto período de flexibilização diminuiu as pressões sobre os processos de mudança social, abrindo espaço para a articulação de forças que lutavam pela abertura política na América Central. A vitória sandinista também foi, em parte, resultado desse novo espaço criado pela administração Carter. Além disso, a redução temporária da pressão norte-americana no istmo fortaleceu atores regionais como Venezuela e México, impulsionados pela bonança petrolífera e pelo vácuo de poder gerado pela nova postura de Washington, esses países passaram a atuar com maior autonomia, oferecendo apoio político e material a processos de transformação, entre eles a própria Revolução Sandinista, que encontrou nesses aliados uma fonte crucial de legitimidade e suporte. (Pettinà, 2019).

No entanto, essa janela de oportunidade se fechou bruscamente com a eleição do republicano Ronald Reagan. O presidente estadunidense venceu as eleições com um discurso de crítica radical ao comportamento moderado de Carter e, influenciado pela corrente neoconservadora, propôs uma abordagem mais contundente à ameaça soviética no Terceiro Mundo. Em decorrência disso, a Revolução Sandinista se tornou um alvo imediato da nova beligerância americana. A vitória de Reagan e a adoção de uma estratégia radical de contenção ao comunismo, sendo a América Central como um de seus principais epicentros, consolidaram

a escalada das tensões e culminaram em um conflito político-militar de proporções dramáticas ao longo da década de 1980. (Pettinà, 2019).

Não parece coincidência que o “apocalipse” da Guerra Fria latino-americana tenha começado a queimar justamente na América Central, com a queda de Jacobo Árbenz em 1954, e que só tenha se apagado décadas depois, entre as chamas dos conflitos político-militares que consumiram o istmo no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Em uma região onde a desigualdade marcava há gerações o cotidiano de milhões de pessoas, a Guerra Fria ofereceu às elites locais novas ferramentas, ideológicas, militares e econômica, para que assim pudesse reforçar seu poder e manter intactos privilégios profundamente enraizados. Discursos como o do anticomunismo, intensificado pelo apoio incondicional de Washington, serviram como justificativa para sufocar projetos de reforma social que buscavam mitigar a pobreza, redistribuir a terra e abrir espaço para vidas mais dignas. Mesmo iniciativas que surgiram com o discurso de promover mudanças graduais, como a Aliança para o Progresso, acabaram sendo apropriadas pelas oligarquias, que desviaram seus objetivos e transformaram um programa que prometia desenvolvimento em mais um mecanismo de reprodução de desigualdades, seja pela ênfase produtivista imposta de cima, seja pela habilidade dessas elites em capturar recursos e convertê-los em benefício próprio (Muniz, 2008)

O conflito bipolar também gerou oportunidades de reação e estratégias de resistência para atores tradicionalmente marginalizados. Contudo, o balanço de mais de quatro décadas de Guerra Fria na região pendia claramente a favor das elites locais e de seus projetos de consolidação oligárquica do Estado. Embora triunfo da Revolução Sandinista tenha sido breve, esse evidencia como a resistência pode se consolidar em um contexto adverso. No entanto, o modo como essa revolução foi posteriormente sufocada pela ofensiva da CONTRA, pelo apoio ativo da administração Reagan e pela crise econômica de 1982, que fragilizou aliados regionais como o México, expôs mais uma vez os limites rigorosos que a Guerra Fria impunha aos processos de mudança política e social na região. (Pettinà, 2019).

O fim da Guerra Fria ajudou a fechar uma ferida externa que, por décadas, havia alimentado e intensificado os projetos autoritários das elites centro-americanas. Ainda que a influência dos EUA no istmo não possa ser ignorada, o colapso soviético enfraqueceu as bases ideológicas que sustentavam o intervencionismo norte-americano e reduziu a relevância estratégica da região. Mas, apesar desse novo cenário internacional, a velha doença interna, a contaminação do Estado por grupos dispostos a usá-lo para manter privilégios e reproduzir práticas patrimonialistas, permaneceu quase intocada. A Guerra Fria terminou, mas seus efeitos mais profundos continuam vivos: desigualdades sociais insustentáveis, Estados que pouco

reagem sobre problemas estruturais e sociedades que seguem carregando cicatrizes profundas. O resultado é um horizonte ainda marcado por incertezas e frustrações, um verdadeiro legado apocalíptico que segue ecoando na vida cotidiana dos povos latino-americanos. (Pettinà, 2019).

2 HERANÇAS DO APOCALIPSE LATINO-AMERICANO: GOLPE DE 1973, DESESTABILIZAÇÃO E COOPERAÇÃO REPRESSIVA NO CHILE

O presente capítulo tem por objetivo analisar a trajetória chilena entre a eleição de Salvador Allende e a consolidação da ditadura de Augusto Pinochet, evidenciando o processo de desestabilização interna, a ingerência externa dos Estados Unidos e a articulação repressiva que culminou no golpe de 1973. Para isso, discute-se a Via Chilena ao Socialismo e a reação estadunidense a esse projeto, examinando como a combinação entre pressões econômicas, sabotagem política e conflitos domésticos tornou o Chile um epicentro da disputa ideológica global. Essa análise apoia-se em autores como Harmer (2011), Kornbluh (2013), Bandeira (2008) e Pettinà (2018), cujas contribuições permitem compreender o entrelaçamento entre política doméstica e dinâmica internacional.

Em seguida, o capítulo aprofunda o estudo da Doutrina de Segurança Nacional como matriz normativo-discursiva, articulando-a com a atuação da DINA e da Operação Condor, entendida como uma rede transnacional de repressão estatal no Cone Sul. Com base em (Zanchetta, 2016) e Lessa e Balardini (2024), investiga-se como esses dispositivos de violência e vigilância compuseram um verdadeiro “laboratório de repressão”, cujo ápice institucional foi a Constituição de 1980, concebida para perpetuar o projeto autoritário e neoliberal do regime.

Por fim, são examinadas as heranças políticas, sociais e discursivas deixadas pela ditadura chilena, demonstrando como os dispositivos de exceção, o arcabouço jurídico autoritário e o modelo neoliberal instaurados durante o regime moldam até hoje o horizonte político e democrático do país. Dessa forma, o capítulo oferece uma leitura crítica da cooperação repressiva continental e de seus efeitos estruturantes sobre o Estado chileno.

2.1 A VIA DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO E A ALARMA ESTADUNIDENSE

A ascensão de Salvador Allende não ocorreu de maneira abrupta, a sua chegada ao poder é saldo de um processo histórico de acumulação de tensões econômicas, sociais e políticas que enfrentava o Chile durante a década de 1960. O país passava por uma frustração generalizada diante do limitado progresso econômico devido a dependência estrutural das exportações de cobre que flutuava conforme os mercados globais, persistiam ainda desigualdades profundas, um crescimento populacional rápido e uma dependência crônica de capitais e tecnologias estrangeiras. Essa sequência de fenômenos, inflaram um ressentimento crescente em relação ao

sistema econômico mundial, percebido como desinteressado a atender as necessidades nacionais, fomentando um sentimento de descrença nas promessas desenvolvimentistas (Harmer, 2011).

Tal insatisfação pairava por todo espectro político, partidos de direita e centro lamentavam o fracasso da “Década do Desenvolvimento” promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) não ter conseguido resolver o problema do subdesenvolvimento da América Latina, ao passo que a esquerda, influenciada por experiências externas, como a Revolução Cubana (1959), passou a conceber a emancipação nacional como uma via possível e legítima dentro do contexto latino-americano, o que germinou em políticos como Salvador Allende uma semente de superação do subdesenvolvimento. Nesse ambiente de marginalização das camadas populares e crescente polarização política, consolidou-se a percepção de que o atraso chileno resultava de um “sistema capitalista dependente” interno e da “exploração imperialista” externa, abrindo caminho para o fortalecimento da coalizão Unidade Popular (UP) (Harmer, 2011).

As administrações que remetem a esse período, sobretudo nas figuras de Jorge Alessandri (1958-1964) e Eduardo Frei Montalva (1964-1970), destacam-se pelas tentativas de implementar abordagens distintas para lidar com os problemas econômicos e sociais do Chile, todavia como resultado deixaram um legado de reformas insuficientes e mais descontentamento. O governo de Alessandri embora tenha mantido um crescimento econômico, a inflação atingia altos índices (44,3% no final de seu mandato) e concomitantemente evidenciava um aumento expressivo da dívida externa. Como forma de combater esse cenário de crise econômica, o presidente adotou medidas de controle salarial fundamentado em um regime de austeridade, contudo esse comportamento acarretou severos conflitos sociais. Com isso, seu modelo liberal foi criticado por beneficiar as elites econômicas conservadoras do país, tornando o seu projeto de modernização falho (Pettinà, 2018).

Passado o mandato e seguido pelo de Eduardo Frei em que foi implementado o programa *Revolução em Liberdade*, fortemente incentivado e financiado pela Aliança para o Progresso, liderada pelos EUA, com metas que incluíam o fomento as indústrias, reorganização dos setores de mineração e reforma agrária. Embora tenha posto em prática o projeto de “chilenização” da mineração, iniciando o processo de nacionalização do cobre, adquirindo 51% da *Gran Minería* do país e incrementando a redistribuição de terras, com o fito aumentar a produtividade e criar uma classe de pequenos produtores, minando assim o poder econômico e eleitoral do conservadorismo. Todavia, ainda que tivesse produzido benefícios, esses não alcançaram uma

métrica capaz de modificar as estruturas do aparelho social e econômico do país. Dessa forma, proveniente desse encadeamento de disfunções, surgiram bases de oposições que desencadearam no destaque da candidatura de Salvador Allende (Pettinà, 2018).

O Chile tradicionalmente reconhecido pelo seu perfil democrático de longa data na América Latina, emergiu como um alvo crucial durante a disputa ideológica no início dos anos 1970. Eleito na mesma década, o socialista Salvador Allende, líder da coalização UP, marcou um momento singular na história do conflito bipolar, ao propor a construção de um socialismo pela via institucional e democrática, a chamada *Via Chilena*¹¹. Inspirado nas formulações marxistas e nas teorias da dependência¹², Allende concebia o socialismo como instrumento de superação do subdesenvolvimento e de consolidação de um modelo de progresso autônomo, enraizado na identidade nacional chilena e orientado pelo bem coletivo (Harmer, 2011).

Essa proposta, ao conjugar soberania política, redistribuição econômica e legitimidade democrática, rompeu com a lógica dominante da Guerra Fria, desafiando o paradigma de que o socialismo só poderia emergir mediante ruptura violenta. Contudo, o experimento chileno também expôs os limites da autonomia latino-americana frente à hegemonia estadunidense. A tentativa de construir uma alternativa socialista democrática foi interpretada por Washington como uma ameaça intolerável à sua influência regional, culminando na desestabilização interna e no golpe militar que pôs fim às instituições democráticas do país (Harmer, 2011).

O governo da UP iniciou seu mandato com um ambicioso programa de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas do Chile, orientado pelos princípios da *Via*

¹¹ Os objetivos centrais da *Via Chilena* ao socialismo incluíam: 1) Uma “segunda independência” do Chile, de modo a minar as interferências econômicas dos EUA no país. 2) A nacionalização do cobre, chamado por Allende de “o salário do Chile” que fazia parte de 80% da receita do país, considerado uma atividade crucial para o Estado, e considerava a exploração por terceiros uma ação “imperialista” de tomada das riquezas chilenas. 3) transformação constitucional, de maneira que Allende buscava mudanças no aparato social, econômico e político, mas dentro dos limites da ordem legal. Por intermédio desse arcabouço de modificações o líder chileno acreditava que seria capaz de negociar com os Estados Unidos de “igual para igual” com os EUA, no entanto, como resultado gerou polarização e hostilidade, tanto doméstica quanto internacional, e levantou contradições internas sobre a viabilidade de uma revolução constitucional (Harmer, 2011).

¹² A Teoria da Dependência é entendida como um programa de pesquisa amplo e baseado em uma perspectiva periférica relevante na Economia Política Internacional (EPI). Ao surgir concomitantemente com o *mainstream* da EPI do Norte Global, essa, por sua vez, se difere pelo seu duplo compromisso: criar um pensamento a partir do Sul Global e produzir um trabalho acadêmico comprometido com as pautas anticoloniais e anti-imperialistas. Dos Santos (1970) explicou dependência como um contexto na qual a economia de determinados Estados estaria condicionada ao crescimento e da expansão de outros. No entanto, embora oferecesse perspectivas politicamente provocativas, a Teoria da Dependência foi constantemente marginalizada pelo *mainstream* da EPI e quando reconhecida, foi frequentemente limitada a um estereótipo simplista, compreendida como uma “tese crua” de que o desenvolvimento seria totalmente impossível na periferia em razão das restrições internacionais. Em muitos casos, a Teoria da Dependência foi tratada como uma “reliquia Marxista”, todavia é válido salientar que não se trata de um pressuposto único e inteiramente marxista, haja visto que há vários desacordos e debates dentro dessa tradição, sendo mais produtivo concebê-la como uma escola latino-americana de EPI ou como um programa de pesquisa.

Chilena ao Socialismo. A estratégia allendista pretendia articular o desenvolvimento industrial à ampliação da intervenção estatal, concebendo o Estado como agente central na superação das fragilidades históricas da economia chilena. Nesse contexto, Allende buscou acelerar a reforma agrária, já iniciada na gestão anterior, e aprofundar a redistribuição de terras, entendendo-a como condição estrutural para a democratização econômica. No entanto, a resistência parlamentar impediu a aprovação de uma nova legislação que permitisse a radicalização do processo, obrigando o governo a atuar dentro dos limites legais herdados, o que reduziu o alcance imediato de suas reformas. Outro eixo estratégico foi a nacionalização do cobre, considerada o “salário do Chile” por seu papel central na economia nacional. Em julho de 1971, a indústria foi nacionalizada com amplo apoio parlamentar, inclusive da oposição, gesto que simbolizou momentaneamente uma convergência em torno da soberania econômica. Paralelamente, o governo ampliou o controle sobre o sistema financeiro e promoveu a expropriação de empresas industriais, expandindo de forma significativa a Área de Propriedade Social (APS)¹³, setor sob gestão estatal (Pettinà, 2018).

No plano social, o aumento salarial e o controle de preços visavam redistribuir renda e estimular o consumo interno, produzindo ganhos reais aos trabalhadores e, num primeiro momento, impulsionando o crescimento econômico. Contudo, tais medidas também intensificaram a polarização política e o conflito de classes. As elites empresariais reagiram com hostilidade crescente às políticas de nacionalização e intervenção estatal, interpretadas como ameaças diretas à propriedade privada e à lógica liberal do mercado. A partir de 1972, a estratégia econômica formulada pelo ministro Pedro Vuskovic começou a revelar seus limites, a expansão dos salários e dos gastos públicos, somada à queda da produtividade e ao boicote empresarial, resultou em desequilíbrios macroeconômicos e pressões inflacionárias. Essas dificuldades, articuladas às divisões internas da UP e à mobilização sistemática da oposição, contribuíram para a gradual desestabilização do governo e para o enfraquecimento da legitimidade do projeto socialista democrático (Pettinà, 2018).

No plano internacional, Allende desempenhou um papel ativo nos fóruns do Terceiro Mundo, como no G77 e na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – sigla em inglês), defendendo a luta contra a dependência econômica (Harmer, 2018). Apesar de simpatizar com a luta armada em outros países da América Latina, a sua postura interna era a de que o Chile, devido às suas características históricas, não era um terreno propício para a guerrilha, elegendo como sempre o caminho

¹³ Trata-se do conjunto de setores da economia que se encontram sob o controle estatal (Pettinà, 2018).

democrático (Pettiná, 2018). A escolha de agir conforme a ordem legal o colocou em desacordo com Fidel Castro, que acreditava que a revolução chilena necessitaria de uma defesa armada, ao ponto de treinar e armar o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR – sigla em espanhol) e a cumular armas na embaixada cubana (Harmer, 2011). Esse comportamento, todavia, direcionou a Allende a solicitar que Cuba suspendesse o envio de armas ao MIR, demonstrando o seu compromisso com a via constitucional, mesmo diante da ameaça de um golpe (Pettiná, 2018).

O governo Allende gerou uma imediata preocupação na administração estadunidense, sob a figura de Nixon, embora, em um primeiro momento não considerasse a América Latina uma prioridade de política externa, atribuindo mais visibilidade no Vietnã e na *detende*. O Conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, chega a expressar que há pouco interesse nos assuntos interamericanos, afirmando que “a história nunca foi produzida no Sul”. Não obstante, o governo dos EUA estava disposto a temer pelo pior, ao testemunhar a ascensão de Allende, um sinal vermelho despertou que a política no Chile estava se deslocando para esquerda, intensificando um cenário de mudança na América Latina. O alarme estadunidense estava profundamente enraizado no medo do Chile ser mais um país contaminado pela onda socialista e na certeza de que o novo presidente representava uma afronta inadmissível a hegemonia dos EUA na região. Kissinger, quem anteriormente desdenhava da capacidade latino-americana, estava convicto que o poder da potência estadunidense estava enfraquecido e enxergava essas manobras como sintomas de problemas estruturais profundos, tornando a Via Chilena uma provocação a estratégia de política externa dos EUA na Guerra Fria (Harmer, 2011).

A partir do exposto, a administração Nixon e Kissinger, se apropriam da longa tradição da política externa estadunidense que estabeleceu o Hemisfério Ocidental como uma esfera de influência exclusiva e vital para a segurança global dos EUA. Contudo, no contexto da Guerra Fria, essa doutrina de soberania hemisférica traduziu-se num cenário explicitamente violento sob qualquer desafio ideológico (Kissinger, 2015). Nesse sentido, o governo democraticamente eleito de Salvador Allende no Chile foi visto como uma "ameaça direta" e um "desafio à sua hegemonia" (Bandeira, 2008).

Nixon, por sua vez, resistindo a ideia de que programas de desenvolvimento ou ajuda pudessem solucionar os problemas da região e assegurasse a sua influência política, notou que com a vitória de Allende essa dinâmica se reverteria e os deixariam sem suporte econômico. Washington prevalecia com a ideia de que os latino-americanos eram ingênuos sobre a

realidade comunista e por isso precisavam de líderes militares fortes, sob influência dos EUA, para que a verdade venha à tona. Nesse sentido, Nixon acreditava que os militares seriam a força capaz de trazer harmonia para a América do Sul, assim tendo em vista o panorama sedimentado e por intermédio de uma estratégia desestabilizadora a chamada *Operação Project FUBELT (Track I e II)*¹⁴, autorizada após uma reunião na Casa Branca em setembro de 1970, tinha como objetivo "fazer a economia gritar", visando destruir a economia chilena, com a criação de obstáculos durante a negociação da dívida pública e através da diminuição drástica de empréstimos por organismos multilaterais e, por fim, conter a projeção de poder de Allende (Pettiná, 2018).

O *Projeto FULBET* visava fomentar o caos econômico e social, promovendo a desordem e o terror na sociedade chilena, para que houvesse espaço para criar condições objetivas para uma ruptura da legalidade. A Agência Nacional de Inteligência dos EUA (CIA – sigla em inglês), por meio de operações de "*spoiling*" e "*black propaganda*", tentou influenciar o resultado das eleições de 1970 e, após a vitória de Allende, impedir a consolidação de seu governo. A ideia era alarmar a população e o setor empresarial, demonstrando as graves consequências que a eleição de Allende traria para a economia chilena, forçando os militares a intervir. Este objetivo estava alinhado com a ordem do presidente Nixon a Richard Helms, diretor da CIA, para que instigasse um golpe militar no Chile, uma vez que o regime Allende era "inaceitável para os Estados Unidos" (Bandeira, 2008).

A estratégia de "guerra econômica" foi implacável. Bancos americanos, como o Chase Manhattan e o Morgan Guaranty, cortaram suas linhas de crédito alegando más perspectivas econômicas, embora outros bancos relutassem (Bandeira, 2008). A CIA instigou a fuga de capitais, a desestabilização de instituições financeiras e o boicote de suprimentos essenciais, tudo para criar um "minicrise" ou, em termos de Nixon, "fazer a economia gritar" (Kornbluh, 2013). Aliado a isso, a CIA também destinou milhões de dólares para financiar partidos de oposição e organizações empresariais, como a Confederação da Produção e Comércio e a Confederação de Caminhoneiros, que viriam a desempenhar um papel crucial na paralisação do país. O jornal *El Mercurio*, um dos principais veículos de mídia de direita, recebeu financiamento secreto da CIA para conduzir uma "campanha de propaganda massiva" contra

¹⁴ O projeto *FUBELT* delineou duas abordagens: a "*Track I*", visando a uma solução política/constitucional para que o Congresso não ratificasse a eleição de Allende, e a "*Track II*", que articulava abertamente um golpe militar. Ambas as "*tracks*" seriam executadas simultaneamente, evidenciando a determinação de Washington em impedir a posse de Allende a qualquer custo Pettiná (2018)

Allende, com "ataques virulentos e inflamatórios" e a publicação de artigos e editoriais que estimulavam a oposição e a ação militar (Bandeira, 2008).

Um dos maiores obstáculos aos planos golpistas era o General René Schneider Cherau, Comandante em Chefe do Exército chileno. Schneider era um grande defensor da constitucionalidade, acreditando que as Forças Armadas eram uma instituição apolítica e não deliberante, obediente ao poder civil e respeitadora da Constituição e das leis da República (Bandeira, 2008). Essa ideia denominada de "Doutrina Schneider" foi explicitamente vista pelos golpistas como o "principal entrave" a qualquer ação militar contra Allende, pois para que um golpe de Estado pudesse ser efetivado, era "imperativo" que Schneider fosse "neutralizado" e, em razão disso, a CIA ciente da posição de Schneider, explorou ativamente planos para sua remoção. Em 7 de outubro de 1970, o diretor da CIA, Richard Helms, ordenou à estação de Santiago que "patrocinasse um movimento militar" e fizesse os militares chilenos saberem que os EUA queriam "uma solução militar" e os apoiariam "agora e depois". Sob a "Track II", a CIA contactou o General Roberto Viaux, um militar reformado e conhecido por suas tendências golpistas juntamente com o *Patria y Libertad* (partido político chileno) para executar o sequestro de Schneider, e fazer com que esse fosse atribuído a extremistas de esquerda, com o objetivo de gerar "indignação pública" e criar um "clima de golpe". Em 18 de outubro, a CIA forneceu metralhadoras e granadas de gás lacrimogêneo ao grupo de Viaux, que tentou deter Schneider nos dias seguintes. Em 22 de outubro de 1970, o General Schneider foi baleado em uma emboscada e faleceu três dias depois. A CIA, ciente dos riscos e da violência, havia sido informada de que a o caos de Viaux "provavelmente não seria sem derramamento de sangue" (Kornbluh, 2013).

A morte de Schneider, todavia, não impediu a posse de Allende, que foi ratificada pelo Congresso chileno em 24 de outubro de 1970. No entanto, o incidente aprofundou a polarização e a desconfiança no país. Desfrutando desse cenário, a CIA continuou a trabalhar ativamente para desestabilizar o governo Allende. A administração Nixon implementou um "bloqueio invisível" através de instituições financeiras internacionais e cortou a ajuda bilateral, enquanto a CIA financiava intensamente a oposição política, a mídia e organizações de direita. As ações clandestinas visavam a "dividir e enfraquecer a coalizão de Allende" e "manter e ampliar contatos nos militares chilenos" para uma ação futura (Kornbluh, 2013).

Em 1972, o país foi abalado por uma greve geral de caminhoneiros e outros setores empresariais, financiados pela CIA e pela oposição, que levou o Chile a uma beira de "guerra civil fria", como descrito por documentos da época. Essa greve foi um "lockout" geral,

exercendo a força do poder patronal para quebrar o governo. Em meio a uma profunda crise econômica, desabastecimento, inflação galopante e crescentes tensões sociais, a ideia de um golpe de Estado ganhava força entre as Forças Armadas, que viam o país a deriva e sentiam a pressão da guerra psicológica e política (Bandeira, 2008).

Nesse mesmo contexto, o Brasil emergiu como um ator internacional crucial na desestabilização e derrubada de Allende, tornando-se um aliado-chave dos EUA no combate ao que ambos viam como a expansão do "vírus" cubano e chileno. A ditadura militar brasileira, estabelecida em 1964, caracterizava-se por um ativismo regional para conter as forças de esquerda, tendo desempenhado um papel na Bolívia em 1971 e nas eleições uruguaias do mesmo ano. A posição do Brasil em relação a Allende era, em muitos casos, ainda mais radical e agressiva do que a de Nixon e Kissinger. Entre as ações empreendidas, estavam o controle do consulado chileno no Brasil e conversas para organizar um movimento de resistência no Chile. Os golpistas chilenos mantiveram contatos significativos com militares brasileiros nas semanas que antecederam o golpe, indicando uma coordenação regional (Pettiná, 2018).

Figura 1- Manifestação do jornalismo brasileiro sobre o eleito presidente chileno



Fonte: Correio Braziliense (DF) – 1 setembro de 1970

Nos meses que antecederam o golpe, a administração Nixon demonstrou uma mistura de simpatia pelo prospecto de uma intervenção militar e hesitação em acelerar diretamente o processo, principalmente por receio de exposição e de um eventual fracasso. Apesar de relatórios da CIA indicarem conspirações nas três forças armadas, havia uma divisão clara entre

constitucionalistas e golpistas, com o General Carlos Prats González, comandante em chefe do exército, bloqueando inicialmente qualquer tentativa de golpe. Contudo, a pressão crescente de meios de comunicação da oposição, políticos de direita e até de esposas de militares, levou à renúncia de Prats em agosto de 1973. A sua substituição pelo General Augusto Pinochet, inicialmente subestimado pela inteligência estadunidense, que o descreveu como carente de "prestígio e influência" revelou-se um ponto de viragem crucial (Harmer, 2011).

Apesar da hesitação em envolver-se abertamente na precipitação do golpe, Washington continuou a exercer pressão económica sobre o governo de Allende, recusando pedidos desesperados de assistência financeira e bloqueando empréstimos internacionais. Esta postura, combinada com o apoio ativo de países como Brasil e Argentina ao setor privado chileno e a grupos como *Patria y Libertad*, acentou a crise. A inteligência estadunidense, embora ciente da crescente polarização e da iminência de um confronto, debatia a eficácia de intervenções diretas. No entanto, o Grupo de Trabalho Interagências para o Chile¹⁵, dias antes do golpe, já discutia planos de contingência para apoiar um futuro regime militar, incluindo o fornecimento de equipamentos de controlo de distúrbios e assistência alimentar, com a sugestão de canalizar parte dessa ajuda através do Brasil. Esta "cumplicidade disposta" demonstra a preparação dos EUA para assegurar a ditadura subsequente (Harmer, 2011).

O dia 11 de setembro de 1973 marcou o fim da via chilena ao socialismo, com o golpe militar liderado pelo então Comandante em Chefe do Exército, General Augusto Pinochet, que havia sido nomeado para o cargo poucos dias antes pelo próprio Allende. Apesar das preparações para a resistência, incluindo o armazenamento de armas na embaixada cubana e planos para a defesa de La Moneda, a falta de aviso prévio preciso, as divisões na esquerda e o compromisso de Allende com a legalidade inviabilizaram uma defesa eficaz. Allende, recusando-se a render-se, tirou a própria vida no Palácio de La Moneda (Pettinà, 2018). A ferocidade do golpe, incluindo o bombardeamento do palácio presidencial, chocou o mundo e revelou a brutalidade da reação contra a experiência socialista (Harmer, 2011). Dessa forma, o golpe de 1973 pode ser lido como um ato de enquadramento na ordem internacional, onde o poder não apenas reprime, mas produz simbologias, o Chile foi como taxado a uma “lição” geopolítica, um aviso contra a tentativa de reinventar a soberania desde a periferia. A reação do Brasil e dos Estados Unidos, por sua vez, não apenas eliminou um governo, mas silenciou uma narrativa de que o socialismo poderia ser democrático, latino-americano e autônomo.

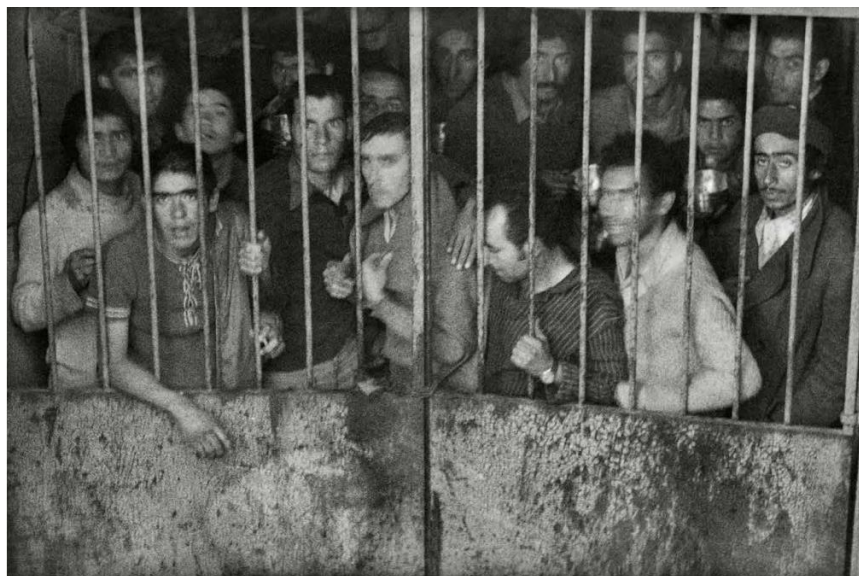
¹⁵ Trata-se de um grupo crucial da administração Nixon focado no planejamento de contingência relacionado ao futuro do Chile, especialmente nos meses que antecederam o golpe de 1973 (Harmer, 2011).

2.2 GOLPE A DEMOCRACIA E A ASCENSÃO DE AUGUSTO PINOCHET

A orquestração do caos e a instabilidade resultantes culminaram no violento golpe militar de 1973 que não apenas derrubou o governo de Allende, mas também inaugurou um regime de repressão e violações massivas dos direitos humanos, sendo considerada uma das ditaduras mais corruptas e sangrentas da América do Sul. A ascensão do governo Pinochet foi marcada pela violência extrema desde os primeiros dias, segundo Kornbluh, dados indicados pelos relatórios da CIA as semanas que seguintes ao golpe, constavam que o número de civis mortos variava entre 2.000 e 10.000. Cerca de 13.500 chilenos foram presos e detidos em campos como o Estádio Nacional, onde muitos foram interrogados, torturados e executados. Um dos casos mais emblemáticos e famosos foi o do cantor Victor Jara, esse foi torturado e morto no Chile Stadium (Kornbluh, 2013).

Para consolidar o seu poder e institucionalizar o terrorismo de Estado Pinochet, inicialmente, como um dos chefes da Junta Militar, proibiu os partidos de esquerda, suspendeu as atividades dos partidos não marxistas, além de afastar a ideia de um comando colegiado. Em junho de 1974, ele se autoproclamou “Chefe Supremo da Nação” e, em dezembro do mesmo ano, “Presidente da República”. Para institucionalizar a repressão, Pinochet criou a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) também em junho de 1974, um órgão de polícia secreta que atuava diretamente sob suas ordens. A DINA tornou-se notória por sua brutalidade, operando uma rede de campos de detenção secretos, aplicando tortura sistemática e realizando “desaparecimentos” de centenas de opositores, entre seus métodos incluíam o “Grill”, “La Parilla”, o “Submarino” (molhado e seco) e espancamentos, muitas vezes com crueldade como a violação. O seu chefe, Manuel Contreras, tinha “lealdade intensa” a Pinochet e era o “implementador de políticas de linha dura”, tornando-se o “símbolo mais notório da repressão”. A DINA inclusive desenvolveu capacidades de operação extraterritoriais, com a “Brigada Exterior”, que organizava atos de terrorismo internacional contra exilados políticos, para neutralizar ameaças e executar exilados políticos, culminando em atos de terrorismo internacional como o assassinato de Orlando Letelier em Washington, D.C. (Kornbluh, 2013).

Figura 2- Presos políticos encarcerados no subsolo do Estádio Nacional, Santiago, Chile (22.09.1973)¹⁶



Fonte: Evandro Teixeira/Acervo IMS, ano. 1973

A Junta assumiu os poderes Executivo, Constituinte e Legislativo por intermédio dos Decretos-Lei nº 1 e nº 2 e associada a DINA tornaram-se as fontes de poder do Chile, junto com Pinochet e Deus. Além disso, Pinochet, investido na função de juiz militar, utilizou a chamada "Caravana da Morte", liderada pelo General Sergio Arellano Stark, para percorrer o país e ordenar a execução de presos políticos, configurando uma série de massacres em massa. As vítimas incluíam representantes regionais da UP, prefeitos, chefes de polícia, proeminentes sindicalistas e líderes cívicos, toda a operação visava consolidar o terror e o carácter implacável do novo regime. A Caravana da Morte refletiu uma decisão no mais alto nível da Junta para vingar-se até mesmo dos apoiadores civis e não violentos da governança democrática e reconstituir o corpo de oficiais de Chile, tradicionalmente constitucionalista (Bandeira, 2008).

Imediatamente após o golpe, a administração Nixon expressou seu desejo de cooperar com a Junta Militar, enviando uma mensagem secreta de boas-vindas e oferecendo assistência. Embora publicamente os EUA mantivessem uma postura de neutralidade, internamente a política era de "ajudar a nova Junta a ser forte e eficaz". A assistência econômica e militar dos EUA ao Chile disparou após o golpe, marcando o fim do "bloqueio invisível" que havia sido

¹⁶ Evandro Teixeira foi uma das principais referências do fotojornalismo no Brasil. O baiano com quase 70 anos de carreira foi responsável por registrar momentos marcantes da história nacional e internacional, como o golpe militar de 1974, o golpe militar chileno em 1973 marcado pela morte de Salvador Allende, a Ocupação do Forte de Copacabana e o único que conseguiu fotografar o poeta Pablo Neruda antes de sua morte. Disponível em: <https://cbb.com.br/rio-de-janeiro/programacao/evandro-teixeira-chile-1973/>. Acesso em 21 out. 2025.

imposto ao governo Allende. Em 1975 e 1976, o Chile recebeu 80% de toda a assistência do programa Food for Peace para a América Latina, e empréstimos de bancos multilaterais, antes negados, foram reabertos (Kornbluh, 2013).

Durante sua longa duração de 17 anos, o regime do General Augusto Pinochet recebeu pleno apoio político, militar e econômico dos Estados Unidos. Após a derrubada de Allende, os Estados Unidos fortaleceram a cooperação com a ditadura implantando de um modelo econômico neoliberal de abertura comercial e financeira. O governo Pinochet adotou as políticas recomendadas pelos chamados Chicago Boys, economistas da escola monetarista de Milton Friedman, cuja ideia central era liberar totalmente as forças de mercado e eliminar a presença do Estado na economia. O regime chileno reverteu a reforma agrária, privatizou empresas de capital estatal, desregulamentou o mercado de trabalho e privatizou os sistemas de previdência social, de saúde e de educação (Bandeira, 2008).

A CIA, por sua vez, reconfigurou seu papel, passando de operações de desestabilização para "relações de ligação" com os serviços de segurança chilenos, incluindo a DINA. A CIA forneceu "assistência em organização interna e treinamento" à DINA, apesar de reconhecer que isso a expunha a "possível identificação com as operações internas dos serviços de ligação envolvendo abusos dos direitos humanos". O chefe da DINA, Manuel Contreras, mantinha contato direto com a CIA e, em um período, foi até mesmo um "ativo pago" da agência, recebendo um pagamento "único" de \$35.000 em 1975, mesmo sendo amplamente conhecido por suas atrocidades. Este apoio contínuo demonstrava a prioridade dos EUA em fortalecer o regime de Pinochet, independentemente de suas práticas repressivas (Kornbluh, 2013).

O Brasil, sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici, demonstrou ser um aliado entusiástico. O Coronel Walter Mesquita de Siqueira, attaché militar na Embaixada brasileira, foi convidado pessoalmente por Pinochet, no dia 12 de setembro, para que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer a Junta Militar. O embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto solicitou e conseguiu um crédito de US\$ 200 milhões junto ao Banco Central do Brasil, sendo estes os primeiros recursos financeiros que a Junta Militar recebeu, tornando o Brasil o primeiro país a reconhecê-la. Além do apoio econômico e político, o Brasil prestou assistência policial-militar, enviando oficiais dos serviços de inteligência das Forças Armadas, como o Coronel Décio Barbosa e sargentos do Destacamentos de Operação Interna (DOI) do Rio de Janeiro, para Santiago a fim de interrogar exilados brasileiros, aprisionados no Estádio Nacional (Bandeira, 2008).

A instabilidade econômica e a intransigência de Pinochet em relação à transição democrática começaram a desgastar o regime. A administração Reagan, embora inicialmente favorável a Pinochet, foi gradualmente se distanciando, culminando no apoio à proteção do plebiscito de 1988. O plebiscito, que visava a legitimar a continuidade de Pinochet no poder, resultou em sua derrota, com 54,7% dos votos contra. O regime, contudo, tentou anular os resultados, mas a pressão interna e a intervenção dos EUA garantiram a transição. A morte de Rodrigo Rojas, um adolescente chileno-americano queimado vivo pelos militares em 1986, também foi um ponto de inflexão na postura dos EUA, levando a críticas mais contundentes ao regime (Kornbluh, 2013).

Apesar de Pinochet ter se mantido como Comandante em Chefe do Exército até 1998 e como "Senador vitalício", garantindo-lhe imunidade, os esforços por justiça se intensificaram após sua detenção em Londres em 1998. O escândalo do Riggs Bank, que revelou a fortuna ilícita de Pinochet em contas secretas nos EUA, enfraqueceu sua imagem e levou a novas acusações de corrupção e crimes financeiros. Embora Pinochet tenha morrido em 2006 sem ser condenado por todos os seus crimes, a busca por justiça resultou na condenação de muitos de seus colaboradores e na consolidação de um vasto registro histórico que expõe as atrocidades de seu regime e o papel dos EUA nesse período sombrio (Kornbluh, 2013).

2.3 A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL (DSN) COMO QUADRO NORMATIVO-DISCURSIVO QUE INFLUENCIA A CONTESTAÇÃO À VIA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA NO CHILE

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), desenvolvida no contexto da Guerra Fria, forneceu parte considerável do arcabouço ideológico, estratégico e tático crucial para os militares latino-americanos, que sob influência norte-americana, contribuiu significativamente de modo a justificar intervenções políticas e impor uma perspectiva de segurança nacional inspirada em ideais liberais. Com base nessa doutrina, no Chile, a ascensão democrática de Salvador Allende em 1970, liderado pela UP e conhecido pelo projeto da *Via Chilena*, foi percebida como uma ameaça geopolítica que exigia uma ofensiva de propaganda e ações secretas para enfraquecer ou impedir a sua consolidação. A partir desse panorama, atribui-se a ideia de que a DSN foi utilizada como quadro normativo-discursivo que permitiu aos opositores internos e externos contestar e, por fim, minar a democracia chilena (Pion-Berlin, 1989).

A DSN já circulava com vigor antes mesmo do golpe de 1973, tonando-se um referencial interpretativo para compreender a crise política e o avanço da rejeição das vias democráticas de transformação social. A doutrina partia da premissa de que as ameaças internas, especialmente o avanço do socialismo, representavam um risco existencial para o Estado, redefinindo a noção de “inimigo” e deslocando o papel das Forças Armadas para a tutela permanente global (m social. Concordante a isso, ao interpretar a experiência socialista chilena como uma ameaça subversiva, a DSN funcionou como uma lente que dificultou a legitimidade da via democrática ao socialismo, classificando-a não como um experimento político legítimo, mas como uma etapa tática de uma ofensiva comunista global (Albuquerque, Ossandón, Quiroga, 2021).

A versão mais rígida da DSN definia a segurança nacional como a proteção dada pelo Estado contra hostilidades e pressões, presumindo que o país estava sob cerco de ameaças abrangentes. Todavia essa doutrina estava dominada por valores ideológicos que atacavam os princípios marxistas e defendiam os valores “ocidentais-cristãos”. Assim, para alcançar a autopreservação do Estado, adotou-se uma estratégia de redirecionar a atenção das forças armadas para o combate a maneiras não convencionais de agressão interna que colocam em risco a segurança do próprio país, essas práticas frequentemente resultavam na violação, repetida e flagrante, dos direitos individuais e na sobreposição da segurança nacional às liberdades pessoais. Os defensores da linha-dura eram adeptos de uma guerra total e incessante contra os adversários marxistas, vendo o combate à subversão como a única proteção, sem ceder recursos para reformas socioeconômicas, o que, segundo eles, "daria legitimidade aos seus adversários marxistas" (Pion-Berlin, 1989, p 416).

Apesar de haver uma discussão sobre o momento exato em que a DSN se impôs no Chile, é inegável que, entre 1960 e 1973, a doutrina e suas premissas circulavam entre a oficialidade do Exército. No âmbito interno chileno, a construção discursiva do inimigo se expressou tanto nas instituições armadas quanto na esfera pública ampliada, criando gradativamente um ambiente de desconfiança generalizada sobre os movimentos sociais associados à UP. O alinhamento com o bloco ocidental e absorção e reprodução de conceitos centrais da DSN como, a guerra interna, combate a subversão e segurança hemisférica por parte das forças armadas chilenas, provam a reconfiguração do seu papel social e a legitimação de intervenções políticas diretas (Albuquerque, Ossandón, Quiroga, 2021).

A infiltração da DSN nas Forças Armadas chilenas estava intrinsecamente ligada à visão geopolítica da Guerra Fria, na qual a América Latina era vista como um "dominó continental",

em que a política local afetava o balanço global de poder (McEvoy, 2021). A política estadunidense, que considerava o Chile crucial, exerceu uma influência decisiva, pois o treinamento e o doutrinação dos militares latino-americanos na DSN, realizados em escolas militares e colégios de guerra, justificavam a interrupção de mudanças sociais e políticas progressistas para fazer cumprir sua versão de segurança nacional. O exército chileno, ao se abrir às mensagens vindas do exterior, aceitou seguir modelos estrangeiros na esperança de encontrar uma orientação doutrinária que sentia faltar na situação do momento (Albuquerque, Ossandón, Quiroga, 2021).

A contestação à Via Chilena foi fundamentada na DSN ao enquadrar as reformas socialistas de Allende como uma agressão totalitária e antinacional. O programa da UP, que incluía a nacionalização de empresas, a reforma agrária e a redistribuição de renda, foram equiparadas ao "marxismo soviético" e a uma "guerra civil". Discursivamente, essa via era vista como um "erro suicida" que destruiria as bases da sociedade e a "civilização ocidental e cristã", tornando impossível a coexistência com correntes totalitárias em uma democracia. Nesse quadro, a DSN funcionou como uma gramática intelectual que condenava qualquer projeto de reforma estrutural que escapasse dos limites do capitalismo dependente, gerando um temor sob a experiência chilena, já que havia o risco de se transformar em uma região cujo modelo regional de socialismo democrático prosperasse (Timmermann, 2019).

Enquanto isso, atores externos, como o *Information Research Department (IRD)* britânico, também sustentaram ofensivas de propaganda destinadas a minar a legitimidade de Salvador Allende antes e depois de sua eleição. A troca de informações e coordenação tácita com órgãos norte-americanos evidência que a oposição à via democrática socialista não foi apenas doméstica, mas internacionalmente articulada, reforçando a moldura discursiva da DSN. Essas operações, que incluíam o financiamento de mídia opositora (como *El Mercurio*) e o apoio a partidos políticos de centro-direita (como a Democracia Cristã), foram concebidas para fomentar um ambiente para o golpe estimulando a agitação e fornecendo um pretexto para a ação militar (McEvoy, 2021).

No centro da contestação à via democrática socialista estava a convicção, amplamente fomentada pela Doutrina de Segurança Nacional, de que cabia às Forças Armadas intervir politicamente sempre que percebessem o Estado em situação de ameaça. A DSN deslocou a missão militar da defesa externa para a segurança interna, redefinindo o "inimigo" como a subversão comunista e conferindo legitimidade à repressão doméstica. Nesse contexto, documentos de planejamento da inteligência norte-americana, como o Track II, tinham como

objetivo explícito estimular um golpe militar, reconhecendo que uma intervenção castrense era não apenas possível, mas plausível no curto intervalo entre a eleição de setembro e a ratificação presidencial pelo Congresso em outubro de 1970. Assim, a DSN forneceu o arcabouço ideológico que permitiu aos líderes militares romper com a tradição constitucionalista chilena e justificar o uso da força como resposta inevitável a uma ameaça considerada existencial (Kornbluh, 2013).

Após o golpe de 11 de setembro de 1973, a Doutrina de Segurança Nacional consolidou-se como o eixo ideológico do regime militar de Augusto Pinochet, marcado por uma repressão sistematicamente violenta. A DSN foi institucionalizada por meio da criação de órgãos especializados, entre os quais se destacou a Direção de Inteligência Nacional (DINA), apresentada como uma “agência técnico-profissional” diretamente subordinada a Pinochet e encarregada de atuar nas áreas de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Na prática, a DINA tornou-se um dos principais pilares do poder ditatorial, operando fora dos marcos legais e assumindo como missão central a eliminação dos chamados inimigos internos. Orientada por um anticomunismo radical, ela interpretava qualquer ação contrária aos interesses do regime como parte de supostas “tramas esquerdistas”, legitimando, assim, práticas de vigilância, perseguição e violência extrema (Kornbluh, 2019).

O componente discursivo da Doutrina de Segurança Nacional foi instrumentalizado pelo Regime Cívico-Militar para construir um ambiente permanente de insegurança, produzindo socialmente o medo e o terror como mecanismos de controle. Medos derivados do passado, como o suposto risco de retorno do marxismo associado à UP, eram ativados estrategicamente para gerar um “consenso do medo” capaz de legitimar tanto o regime quanto seu projeto de transformação estrutural, o neoliberalismo. Ao desestabilizar o sentido prévio de comunidade e impor uma “ideologia do sem sentido”, a DSN reconfigurou percepções sociais, permitindo que o exercício da violência estatal fosse interpretado por parte da população como uma garantia de segurança, fortalecendo a legitimidade da nova ordem em oposição à instabilidade atribuída à democracia liberal. (Timmermann, 2019)

Em última análise, a DSN funcionou como o quadro normativo que legitimou a institucionalização da tutela militar sobre a sociedade civil. A Constituição de 1980, criada com base nesses princípios, estabeleceu mecanismos de fiscalização contínua para enfrentar o risco de uma possível “nova infiltração soviética”, ao passo que colocou limites legais à manifestação de divergências civis e redefiniu a proteção do sistema democrático como uma forma de vida permanente, que deveria ser defendida pelos militares. Nesse processo, o regime cívico-militar

deslegitimou discursivamente a democracia liberal, associando ao fortalecimento partidário e à paralisia nacional, de modo a assegurar que a DSN permanecesse como instrumento político-institucional capaz de justificar a manutenção da nova ordem frente ao temor do marxismo (Timmermann, 2019).

2.4 LABORATÓRIO DE REPRESSÃO: A OPERAÇÃO CONDOR COMO REDE TRANSNACIONAL DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE ESTADO NO CONE SUL

A Operação Condor consolidou-se a partir de meados da década de 1970, representando o arranjo mais avançado e letal de repressão transnacional observada nas últimas décadas por regimes autoritários do Cone Sul. A operação foi formalmente estabelecida em novembro de 1975 em Santiago, no Chile, durante a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional Interamericana, cuja pauta era “estritamente secreta”. O Coronel Manuel Contreras, chefe da DINA e anfitrião do encontro, propôs o estabelecimento de bases para que houvesse uma ação aprimorada em prol da segurança nacional dos países presentes (McSherry, 2002).

Posto isso, oficiais de alta patente de inteligência da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e posteriormente Peru, Equador e Brasil (não signatários da ata de fundação) assinaram a *Acta de Clausura de la Primera Reunion InterAmericana de Intelligencia Nacional*, cujas conclusões e planos incluíram a criação do Condor¹⁷, a formalização da cooperação inicial em repressão transnacional, que já vinha ocorrendo, e o delineamento de uma estrutura de segurança cooperativa, inspirada na Interpol, que contava com: um banco de dados central, um sistema de comunicações (*CONDORTEL*) e um eixo operacional (*CONDOREJE*). Assim, a reunião impulsionada pela DINA marcou o início da fase de cooperação máxima na repressão transnacional, de maneira que regimes autoritários concordaram em "ceder voluntariamente aspectos chave de sua soberania" para perseguir oponentes políticos no exterior (Lessa e Balardini, 2024).

O sucesso obtido na operação tornou-se possível e bem-sucedida devido a três fatores essenciais: i) a percepção comum entre os regimes do Cone Sul de que os exilados politicamente ativos representavam uma ameaça existencial à sua sobrevivência e segurança; ii) o compartilhamento de ideologias e formas de governo semelhantes, especialmente os princípios

¹⁷ A nova organização cooperativa detinha esse nome em homenagem ao pássaro nacional do país, o grande abutre andino (Lessa e Balardini, 2024)

da DSN, que colocava a segurança do Estado acima de qualquer outra prioridade; iii) o papel catalisador desempenhado por esses países nos esforços de integração repressiva (Lessa e Balardini, 2024).

Nesse sentido, a Operação Condor estabeleceu efetivamente uma área de terror e impunidade sem fronteiras no Cone Sul, em que as práticas de repressão transnacional ocorriam em três fases: a primeira era focada na coleta, intercâmbio e armazenamento de dados de inteligência sobre indivíduos e grupos suspeitos de “subversão”; a segunda fase envolvia ações paramilitares clandestinas conjuntas contra alvos selecionados nos países membros, o que incluía rastrear, sequestrar, interrogar sob tortura e entregar exilados ao seu país de origem; e a terceira fase, consistia na formação de equipes especiais de assassinos (*hunter-killer squads*) para viajar para fora da América Latina com o objetivo de eliminar “inimigos subversivos”. O grupo *Teseo*¹⁸, por exemplo, era uma iniciativa ultrassecreta, mas conectada ao Condor, encarregada de assassinatos fora do Cone Sul, principalmente na Europa (Lessa e Balardini, 2024).

O arranjo cooperativo, apesar de possuir uma estrutura própria, contava com o apoio dos Estados Unidos, esses que embora não fossem membros operacionais, desempenharam um papel significativo ao demonstrar suporte ideológico, logístico e tolerância em relação às ações da rede. Documentos desclassificados demonstram que Washington tinha conhecimento prévio das articulações que antecederam a Condor e, em diversas ocasiões, apoiou sistemas de comunicação e intercâmbio militar que serviram de base para sua consolidação. Essa convergência ideológica frente ao “inimigo comum” contribuiu para que o Cone Sul se transformasse em um espaço experimental de políticas de aniquilamento político, cujas consequências marcaram de forma duradoura as sociedades sul-americanas (Zanchetta, 2016).

Embora a influência dos EUA, especialmente na difusão da doutrina de segurança nacional e na oferta de treinamento e infraestrutura, tenha criado condições favoráveis para a consolidação de práticas repressivas, a concepção e a arquitetura da Operação Condor foram, antes de tudo, iniciativas engendradas pelos próprios regimes do Cone Sul, que deliberadamente organizaram um sistema regional de perseguição política com autonomia estratégica. Como demonstram as reuniões secretas de 1975 em Santiago, foi a elite militar latino-americana quem

¹⁸ Um dos casos mais emblemáticos que ilustram a terceira fase foi assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier e de sua colega americana Ronni Moffitt, via carro-bomba em Washington, D.C. em 1976 (Lessa e Balardini, 2024).

idealizou os pilares operacionais, os canais criptografados de comunicação e os protocolos de sequestro e eliminação de opositores, evidenciando que as ditaduras não foram meros instrumentos de interesses externos, mas agentes ativos na criação de um aparato sofisticado de violência estatal (Zanchetta, 2016).

2.5 O arcabouço jurídico chileno (Carta-Magna) como instrumento de perpetração e legitimação do governo autoritário de Augusto Pinochet

O arcabouço jurídico chileno, sintetizado na Constituição de 1980 (Carta Magna), foi concebido como o principal legado institucional do regime militar de Augusto Pinochet (1973–1990) e serviu como instrumento fundamental para a legitimação e perpetuação do seu projeto autoritário e socioeconômico. A Carta Magna, elaborada pela Comissão Constitucional (1973–1978), conhecida como Comissão Ortúzar, e ratificada em um plebiscito visto como duvidoso e não vinculativo em 11 de setembro de 1980, buscou conferir uma aparência de legalidade à revolução neoliberal imposta pela força. Seu objetivo primário era uma "transformação conceitual radical" do campo semântico chileno, destinada a superar os vícios do passado socialista (1970–1973) e estabelecer uma nova ordem fundamentada na autoridade, na autonomia radical dos mercados e na proteção da liberdade pessoal (Cordero et al., 2022).

O cerne do projeto constitucional autoritário era a neutralização da agência política popular. A Constituição de 1980 não apenas visava o restabelecimento da ordem, mas sim a criação de uma "democracia protegida". Jaime Guzmán, principal ideólogo e membro da comissão, declarou abertamente que o objetivo era encontrar uma solução pragmática que atenuasse os efeitos do sufrágio universal, que ele considerava perigoso. A intenção era limitar as opções dos futuros governos democráticos a tal ponto que, mesmo que os oponentes chegassem ao poder, eles seriam obrigados a seguir caminhos não muito distintos daqueles desejados pelo regime militar (Charney, Marshall e Christodoulidis, 2021).

A resiliência deste modelo constitucional foi garantida pela inserção dos chamados "*enclaves autoritários*", mecanismos institucionais projetados para blindar o projeto político da ditadura contrarreformas democráticas majoritárias. Dentre estes, destaca-se a extrema rigidez do texto, que exigia quóruns de supermaioria (3/5 ou 2/3 dos membros de ambas as casas do Congresso) para alterações constitucionais ou para a aprovação de Leis Orgânicas Constitucionais que detalhavam aspectos cruciais do sistema. Tais exigências tornavam a

modificação da institucionalidade pinochetista virtualmente impossível sem o consentimento dos herdeiros políticos da ditadura (Charney, Marshall e Christodoulidis, 2021).

Outros *enclaves* institucionais garantiam a continuidade da tutela militar e a influência de atores não eleitos no sistema político chileno. A Constituição assegurava a permanência assegurada nos cargos dos comandantes-chefes das Forças Armadas e dos Carabineros, restringindo o poder do Presidente da República, democraticamente eleito, e impedindo o pleno exercício do controle civil, requisito fundamental em qualquer democracia. Paralelamente, a composição do Conselho de Segurança Nacional (COSENA), majoritariamente formada por membros não eleitos, como os comandantes militares e o Presidente da Suprema Corte, permitia que o órgão interferisse e até vetasse decisões civis sob a justificativa de preservar a ordem institucional. Já o Tribunal Constitucional, dotado de amplos poderes de revisão preventiva das leis, tinha sua maioria indicada por corpos igualmente não eleitos, funcionando como uma instância final de proteção do arranjo autoritário e de contenção a mudanças que ameaçassem o status quo herdado da ditadura. (Pastor, 2004).

O desenho institucional visava, também, garantir que o experimento neoliberal fosse politicamente imune. A Constituição consagrava um papel subsidiário do Estado na economia e elevava a propriedade privada e a liberdade de empresa a princípios constitucionais fundamentais. O marco de 1980 foi construído para despolitizar a economia, blindando-a de interferências democráticas. O conceito de "ordem pública econômica", reinterpretado em chave neoliberal, conferiu *status* constitucional à primazia do mercado, estabelecendo a premissa de que a propriedade privada é a fundação natural dos direitos e um "limite natural que a democracia não pode ultrapassar". Assim, a Constituição garantia que o modelo de crescimento, que resultou em profundas desigualdades, permaneceria intacto. (Cordero et al., 2022).

A elaboração constitucional se deu mediante uma operação de engenharia conceitual, onde a Comissão Ortúzar redefiniu termos fundamentais para demarcar os limites da nova ordem jurídica. Conceitos como "liberdade" foram rearticulados, sendo a "liberdade pessoal" afirmada em oposição ao coletivismo marxista, mas recebendo conotações comunitárias e restrições, como o "direito à honra", usado para proteger as autoridades na esfera pública. Da mesma forma, a "democracia" foi transformada em uma "democracia protegida" ou "autoritária", que estabelecia limites para "excluir aqueles que mantêm ideias contrárias à democracia". Este processo dual de dissolução dos significados antigos e recomposição de

novos valores (como a primazia da propriedade sobre a "propriedade social") foi crucial para fundamentar o novo regime. (Cordero et al., 2022).

Portanto, o arcabouço jurídico e a violência de Estado são manifestações interconectadas do mesmo projeto de Pinochet: a supressão da vontade política popular. A repressão sistemática (tortura, assassinatos e desaparecimentos) visava eliminar adversários, enquanto os "travas" constitucionais (*enclaves*) garantiam uma neutralização incruenta da mesma agência política popular no futuro. A Carta Magna de 1980, ao institucionalizar o projeto ditatorial, proporcionou os meios legais para a continuidade e proteção da ordem política e econômica autoritária. (Charney, Marshall e Christodoulidis, 2021).

A eficácia deste instrumental reside em sua capacidade de perpetuação, pois a Constituição de 1980 permaneceu, em seus pilares essenciais, intocada por mais de três décadas de governos democráticos. A transição, sob a sombra da Constituição, foi forçada a operar em um "cenário político autoritário". Os governos pós-ditadura, mesmo da *Concertación* (centro-esquerda), tiveram que governar dentro deste estrito quadro, preservando as fundações do modelo neoliberal. O sucesso do arcabouço jurídico em sobreviver à própria ditadura, tornando a reforma inviável sem o acordo da direita, é a prova cabal de que a Carta Magna funcionou perfeitamente como um mecanismo de perpetração e legitimação da herança autoritária. (Pastor, 2004).

2.6 Análises das fraturas internas e externas no caso chileno

A compreensão das heranças do apocalipse latino-americano no Chile exige uma análise integrada das fraturas internas e externas que atravessaram o país ao longo da Guerra Fria e cujos efeitos continuam a moldar o cenário político, institucional e social contemporâneo. O caso chileno revela de forma exemplar como a sobreposição entre conflitos domésticos históricos e transformações na ordem internacional produziu um ambiente propício à ruptura democrática, à institucionalização da violência e à consolidação de estruturas autoritárias duráveis. Longe de ser resultado exclusivo de imposições externas, o colapso da democracia chilena e a subsequente ditadura militar devem ser compreendidos como produto de uma interação complexa entre agendas geopolíticas globais e disputas internas profundamente enraizadas na formação social e política do país.

No plano interno, o Chile apresentava, desde o início do século XX, uma trajetória marcada por relativa estabilidade institucional quando comparado a outros países latino-

americanos, mas essa estabilidade convivia com profundas desigualdades socioeconômicas e com um sistema político fortemente influenciado por elites conservadoras. A estrutura produtiva dependente, a concentração de renda, o poder oligárquico e a exclusão de amplos setores da população criaram um terreno fértil para a emergência de projetos reformistas e de contestação social. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, essas tensões se intensificaram, impulsionadas por processos de urbanização, expansão do movimento operário, organização camponesa e fortalecimento de partidos de esquerda, que passaram a demandar transformações estruturais no modelo de desenvolvimento e no sistema político chileno.

A eleição de Salvador Allende, em 1970, representou o ápice dessas disputas internas. A Via Chilena ao Socialismo propunha uma transição democrática ao socialismo por meio das instituições existentes, combinando nacionalizações estratégicas, ampliação de direitos sociais e fortalecimento da participação popular. Esse projeto, contudo, foi interpretado pelas elites econômicas, setores conservadores da classe média e parte significativa das Forças Armadas como uma ameaça direta à ordem social, à propriedade privada e à hierarquia política tradicional. Nesse sentido, a fratura interna manifestou-se como uma reação defensiva das elites, que passaram a atuar de forma coordenada para bloquear reformas, deslegitimar o governo e fomentar um clima de instabilidade política e econômica.

Essa reação não se limitou à oposição parlamentar ou ao debate público, mas envolveu estratégias de sabotagem econômica, mobilização de setores empresariais, paralisações produtivas e o uso sistemático do discurso da crise e do caos. A polarização política aprofundou-se à medida que as reformas avançavam e que a capacidade de mediação institucional se enfraquecia. O sistema político chileno, tradicionalmente baseado em compromissos entre forças moderadas, revelou-se incapaz de absorver o conflito social crescente, abrindo espaço para soluções autoritárias. Assim, a fratura interna não pode ser compreendida apenas como um choque ideológico, mas como expressão de uma luta histórica pela redefinição do poder político e econômico no país.

Paralelamente, as fraturas externas desempenharam papel decisivo na intensificação dessas tensões internas. A mudança de orientação da política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, especialmente após o início da Guerra Fria, reposicionou o Chile dentro da lógica estratégica hemisférica. Se durante o período da Política da Boa Vizinhação Washington havia tolerado experiências reformistas e nacionalistas, o avanço da bipolaridade e o temor da expansão do socialismo levaram à adoção de uma postura mais intervencionista e vigilante. Nesse contexto, o governo Allende passou a ser percebido não apenas como um

experimento político doméstico, mas como um precedente perigoso que poderia inspirar transformações semelhantes em outros países da região.

A atuação norte-americana no Chile materializou-se por meio de múltiplos instrumentos, incluindo pressões diplomáticas, restrições econômicas, apoio financeiro e logístico à oposição interna e operações encobertas conduzidas por agências de inteligência. A estratégia de “fazer a economia gritar” ilustra de forma clara como a fratura externa operou no sentido de agravar a crise interna, restringindo o acesso a créditos internacionais, dificultando importações essenciais e ampliando o descontentamento social. Essas ações não criaram os conflitos internos, mas potencializaram suas consequências, contribuindo para o colapso da governabilidade e para a legitimação de soluções autoritárias como resposta à crise.

A convergência entre fraturas internas e externas atingiu seu ponto culminante no golpe militar de 1973. A deposição violenta de Allende e a instauração da ditadura de Augusto Pinochet não representaram apenas uma mudança de governo, mas uma reconfiguração profunda da ordem política chilena. O novo regime apoiou-se na DSN que redefiniu a noção de inimigo ao deslocá-la do plano externo para o interno, convertendo opositores políticos, movimentos sociais e dissidentes em ameaças existenciais ao Estado. Essa lógica permitiu a suspensão de direitos, a repressão sistemática e a institucionalização da violência como prática legítima de governo.

No plano externo, o regime chileno integrou-se rapidamente às redes transnacionais de repressão que caracterizaram o Cone Sul durante a década de 1970. A participação ativa na Operação Condor evidencia como as fraturas externas não se limitaram à intervenção das grandes potências, mas também envolveram a cooperação entre Estados latino-americanos autoritários, que compartilharam informações, métodos repressivos e estratégias de eliminação de opositores. Essa articulação regional ampliou o alcance da violência estatal e contribuiu para a consolidação de um sistema repressivo que ultrapassava as fronteiras nacionais, reforçando o caráter transnacional do apocalipse latino-americano.

As heranças dessas fraturas tornaram-se particularmente visíveis na institucionalização do regime autoritário. A Constituição de 1980, elaborada sob a ditadura, cristalizou juridicamente os resultados da ruptura democrática, ao limitar a participação política, fortalecer o poder das Forças Armadas e blindar o projeto neoliberal imposto pelo regime. Mesmo após o fim formal da ditadura, essas estruturas continuaram a condicionar o funcionamento da democracia chilena, restringindo reformas profundas e preservando enclaves autoritários no interior do Estado. Desse modo, as fraturas internas e externas não apenas explicam a

emergência do autoritarismo, mas também ajudam a compreender a persistência de seus efeitos no período pós-ditatorial.

Dessa forma, a análise do caso chileno evidencia que o apocalipse latino-americano não pode ser reduzido a uma narrativa de imposição externa ou de falência interna isolada. Trata-se de um processo histórico complexo, no qual conflitos sociais domésticos, projetos políticos concorrentes e estratégias geopolíticas globais se entrelaçaram para produzir rupturas profundas e duradouras. As fraturas internas e externas operaram de maneira simultânea e mutuamente reforçada, criando as condições para a repressão, a violência e a reconfiguração autoritária da ordem política. Compreender essas dinâmicas é fundamental não apenas para interpretar o passado chileno, mas também para refletir sobre os limites e desafios da democracia na América Latina contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia buscou-se analisar criticamente como a Guerra Fria impactou a América Latina, especialmente o Chile, por meio de uma perspectiva crítica da historiografia sob a lente das fraturas voltada a evidenciar os mecanismos discursivos, ideológicos e institucionais que produziram aquilo que definimos como um “apocalipse latino-americano”. Retomando a pergunta que orientou nossa investigação: como a articulação entre discursos hegemônicos da Guerra Fria, interesses geopolíticos das grandes potências e agendas políticas domésticas latino-americanas gerou um ambiente propício à repressão transnacional, ao autoritarismo e à reconfiguração da ordem política, podemos demonstrar que tal articulação operou de forma simultânea e mutuamente reforçada, criando condições para a emergência de regimes violentos que moldaram profundamente o percurso histórico da região.

Mostramos que o conflito bipolar não pode ser compreendido apenas como um reflexo do confronto entre EUA e URSS. A partir de Pettinà (2018) e autores correlatos, observamos que a sobreposição entre fraturas externas, como o abandono da Política da Boa Vizinhança e o retorno do intervencionismo e fraturas internas, expressas pela atuação de elites conservadoras que instrumentalizaram o anticomunismo e gerou uma dinâmica de polarização e instabilidade que abriu caminho para intervenções diretas e indiretas. No Chile, essa convergência se manifestou de maneira extrema: a Via Chilena ao Socialismo foi tratada como ameaça intolerável, justificando a “guerra econômica” destinada a inviabilizar o governo de Salvador Allende e criando condições para o golpe de 1973. O regime subsequente consolidou-se mediante a institucionalização da violência, a expansão de práticas repressivas transnacionais e a criação de um arcabouço jurídico que perpetuou os objetivos autoritários e neoliberais.

A releitura da história permitiu compreender que tais processos não foram apenas resultados de operações materiais, mas de práticas discursivas que produziram regimes. A DSN e o anticomunismo configuraram narrativas que transformaram disputas políticas em ameaças existenciais, legitimando a repressão como resposta necessária. Assim, a violência de Estado e a reorganização institucional não foram anomalias, mas efeitos de discursos que definiram quem poderia exercer agência política e quais projetos seriam considerados legítimos. Essa herança, como argumentamos, ultrapassa a ditadura, persiste na forma de dispositivos jurídicos, padrões de interpretação e horizontes de possibilidade que ainda limitam a imaginação política no Chile contemporâneo.

Dessa forma, concluímos que a pergunta de pesquisa encontra sua resposta na constatação de que a repressão e o autoritarismo não emergiram espontaneamente, mas foram produzidos por uma confluência entre discursos hegemônicos globais, estratégias geopolíticas e interesses domésticos que se reforçaram mutuamente. Essa articulação forneceu o vocabulário político, os instrumentos de segurança e as bases institucionais necessárias para a neutralização de projetos alternativos de modernidade e para a consolidação de um modelo autoritário e neoliberal duradouro.

Por fim, como contribuição, evidenciamos a utilidade da releitura da historiografia para desnaturalizar narrativas tradicionais da Guerra Fria e para revelar os modos pelos quais discursos moldam práticas de poder. Ao utilizar a metáfora do “apocalipse latino-americano”, procuramos tornar visíveis violências, silenciamentos e disputas que frequentemente permanecem à margem das interpretações hegemônicas. Também ressaltamos que a Via Chilena deve ser entendida como uma disputa pela definição legítima de desenvolvimento e soberania, o que explica a reação violenta que enfrentou.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, G.; OSSANDÓN, F.; QUIROGA, D. Presencia de la Doctrina de Seguridad Nacional en la revista Memorial del Ejército de Chile, 1960-1973. **Autoctonia Revista de Ciencias Sociales e Historia**, v. 5, n. 2, p. 382–404, 31 jul. 2021.

ANTUNES DE OLIVEIRA, Felipe; KVANGRAVEN, Ingrid Harvold. Back to Dakar: Decolonizing international political economy through dependency theory. **Review of International Political Economy**, v. 30, n. 5, p. 1676-1700, 2023.

ARBAGE, Jorge. A Diplomacia Triangular: Nixon, Kissinger e a China. **Epígrafe**, v. 10, n 2, p. 89-120, 2021.

BANDEIRA, Moniz. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. Editora Record, 2008.

BRANDS, Hal. **Latin America's cold war**. Harvard University Press, 2012.

CAMPBELL, D. “Poststructuralism”. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International relations theories: discipline and diversity**, 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 223-246.

CHARNEY, John; MARSHALL, Pablo; CHRISTODOULIDIS, Emilios. ‘It is not 30 pesos, it is 30 years’: Reflections on the Chilean Crisis: Introduction. **Social & Legal Studies**, v. 30, n. 4, p. 627-668, 2021.

COASTWORTH, John H. **The Cold War in Central America, 1975-1991**. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). **The Cambridge history of the cold war**. Cambridge University Press, 2010. p. 201-221.

CORDERO, Rodrigo et al. Drawing constitutional boundaries: A digital historical analysis of the writing process of Pinochet's 1980 authoritarian constitution. **Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History**, v. 55, n. 3, p. 145-167, 2022.

ENGERMAN, David C. Ideology and the Origins of the Cold War, 1917-1962. In: **The Cambridge history of the cold war**. Cambridge University Press, 2010. p. 20-43.

GRANDIN, Greg. **The last colonial massacre: Latin America in the Cold War**. University of Chicago Press, 2011.

GROPPO, Bruno. O comunismo na história do século XX. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 115-141, 2008.

HARMER, Tanya. **Allende's Chile and the inter-American cold war**. Univ of North Carolina Press, 2011.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Objetiva, 2015.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet file: A declassified dossier on atrocity and accountability**. The New Press, 2013.

LESSA, Francesca; BALARDINI, Lorena. No safe haven: Operation Condor and transnational repression in South America. **International Studies Quarterly**, v. 68, n. 2, p. sqae035, 2024.
MCEVOY, K. J. Before the rubble: Britain's secret propaganda offensive in Chile (1960-1973). **Contemporary British History**, p. 1-23, 17 set. 2021.

MCSHERRY, J. Patrice. Tracking the origins of a state terror network: Operation Condor. **Latin American Perspectives**, v. 29, n. 1, p. 38-60, 2002.

MELGAR BAO, Ricardo. The Anti-Imperialist League of the Americas between the East and Latin America. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 2, p. 9-24, 2008.

MÜLLER, Jan-Werner. **The Cold War and Intellectual history of the late twentieth century**. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). **The Cambridge history of the cold war**. Cambridge University Press, 2010. p. 1-22.

PASTOR, Daniel. Origins of the Chilean binominal election system. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 24, n. 1, p. 38-57, 2004.

NJØLSTAD, Olav. **The collapse of superpower détente, 1975-1980**. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). **The Cambridge history of the cold war**. Cambridge University Press, 2010. p. 135-155.

PETTINÀ, Vanni. América Central y la Guerra Fría, apuntes para una historia. **EIAL-Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 30, n. 1, p. 13-42, 2019.

PETTINÀ, Vanni. **Historia mínima de la guerra fría en América Latina**. El Colegio de Mexico AC, 2018.

PION-BERLIN, D. Latin American National Security Doctrines: Hard- and Softline Themes. **Armed Forces & Society**, v. 15, n. 3, p. 411-429, 1989.

TIMMERMAN, Freddy. Miedo y Terror en Visión Futura de Chile. 1979. **Autoctonía**, v. 3, n. 2, p. 268-288, 2019.

WEBER, Heloise; WINANTI, Poppy. The 'Bandung spirit' and solidarist internationalism. **Australian Journal of International Affairs**, v. 70, n. 4, p. 391-406, 2016.

WEI, Qinglai et al. Adaptive dynamic programming for discrete-time zero-sum games. **IEEE transactions on neural networks and learning systems**, v. 29, n. 4, p. 957-969, 2017.

WESTAD, Odd Arne. **The global Cold War: Third World interventions and the making of our times**. Cambridge University Press, 2005.

ZANCHETTA, Barbara. Between Cold War Imperatives and State-Sponsored Terrorism: The United States and "Operation Condor". **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 39, n. 12, p. 1084-1102, 2016.

RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Ana Maria Silva Pereira do Curso de Relações Internacionais matrícula 2022.1.0043.0013-5 telefone: (77) 99818-9976; e-mail namariaspl6@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O APOCALIPSE LATINO-AMERICANO E O LABORATÓRIO DA REPRESSÃO: VIOLÊNCIA, PODER E DISCURSO NO CHILE DA GUERRA FRIA, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 09 de dezembro de 2025.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Ana Maria Silva Pereira

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: